



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO**

JOSIANA ANTÔNIA PROENÇA AMARAL DE MORAIS

**O GRUPO ESCOLAR DE POCONÉ-MT (1912-1922):
NA CONTRAMÃO DA ESCOLA MODELAR**

**CUIABÁ
2022**

JOSIANA ANTÔNIA PROENÇA AMARAL DE MORAIS

**O GRUPO ESCOLAR DE POCONÉ-MT (1912 A 1922):
NA CONTRAMÃO DA ESCOLA MODELAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre na linha de pesquisa “Cultura, Memória e Teorias em Educação”, Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória - GEM.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá

Cuiabá
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

A485g Moraes, Josiana Antônia Proença Amaral de.
O Grupo Escolar de Poconé-MT (1912-1922) : na contramão da escola modelar /
Josiana Antônia Proença Amaral de Moraes. -- 2022
91 f. ; 30 cm.

Orientadora: Elizabeth Figueiredo de Sá.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2022.
Inclui bibliografia.

1. História cultural. 2. História da instituições. 3. Grupo Escolar. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

FOLHA DE APROVAÇÃO

29/04/2022 09:28

SEI/UFMT - 4534287 - MESTRADO - Folha de Aprovação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "O Grupo Escolar de Poconé - MT (1912 a 1922): Na contramão da escola modelar"

AUTORA: MESTRANDA Josiana Antônia Proença Amaral de Morais

Dissertação defendida e aprovada em 25 de março de 2022.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Doutora Elizabeth Figueiredo de Sá (Presidente Banca / Orientadora)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
2. Doutora Marijâne Silveira da Silva (Examinadora Interna)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA/UNIR
3. Doutora Luciana Vicência do Carmo de Assis e Silva (Examinadora Externa)
INSTITUIÇÃO: SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/SEDUC-MT
4. Doutora Nileide Souza Dourado (Examinadora Suplente)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO

CUIABÁ, 25/03/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Vicência do Carmo de Assis e Silva, Usuário Externo**, em 28/03/2022, às 19:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH FIGUEIREDO DE SA, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 30/03/2022, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **MARIJANE SILVEIRA DA SILVA, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 01/04/2022, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento



no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **4534287** e o código CRC **019D438B**.

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Gabriel Antônio, com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

“Até aqui nos ajudou o Senhor!”

(I Samuel 7.12)

Para chegar até aqui, nesta dissertação de mestrado, foi preciso o apoio e o incentivo de algumas pessoas.

Professora Doutora Elizabeth Figueiredo de Sá, minha orientadora, mestre e amiga, que dedicou muito do seu tempo para me orientar na pesquisa e na escrita. Sempre pronta, indicando leituras, emprestando seus preciosos livros e ofertando um pouco do seu conhecimento e experiência como pesquisadora. Beth, muito obrigada!

Professora Doutora Marijane Silva Silveira, por todos os conselhos, por todas as vezes que leu e corrigiu meus textos, pelo incentivo, pela paciência e pela disponibilidade que teve durante os dois anos de estudo. Mari, muito obrigada!

Professora Doutora Luciana Vicência do Carmo Assis e Silva, minha maior incentivadora e talvez a que mais cobrou disciplina e comprometimento nos estudos nesse período de imersão no mundo da pesquisa. Ouviu, também, as minhas inseguranças. Lu, muito obrigada!

Aos meus pais, por todo amor e dedicação que têm por mim, foram dias difíceis, muitas vezes precisei me ausentar do convívio, mas hoje me sinto realizada e sei que vocês também estão felizes com a minha conquista.

Aos colegas Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM), Dálete, Francine, Thalita, Flávia, Ângela, Rômulo e, em especial, meu colega Roberto, pelo apoio e amizade que impulsionaram meus estudos.

Aos professores do PPGE-UFMT que muito colaboraram para meu crescimento científico.

Aos colegas do Mestrado em Educação do PPGE-MT que caminharam comigo nesses dois anos, mesmo que virtualmente.

À Dona Piedade, curadora do Museu da Vovó Bem, que, mesmo em tempos de pandemia, abriu as portas do Museu e me ajudou com informações importantes para esta pesquisa.

À Dona Maria da Glória Paes de Arruda (*in memoriam*), pela dedicação em escrever suas lembranças de menina para colaborar com a pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público de Mato Grosso, pela gentileza em fornecer os

documentos requisitados.

Aos meus amigos, que torceram, que escutaram meus desabafos e que me incentivaram a continuar, muito obrigada.

RESUMO

Essa pesquisa de mestrado, intitulada *O Grupo Escolar de Poconé-MT (1912 -1922): na contramão da escola modelar*, insere-se na Linha de Pesquisa Cultura, Memória e Teorias da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Com ela, tem-se como objetivo compreender o processo de criação, implantação e a trajetória do Grupo Escolar de Poconé no município de Poconé – MT, inquirindo sobre as finalidades que motivaram e influenciaram na instalação dessa instituição escolar na localidade. O recorte temporal refere-se ao ano da implantação do Grupo Escolar em Poconé (1912) ao ano em que foi novamente transformado em escolas isoladas (1922). Para subsidiar a análise, recorreram-se aos conceitos da História Cultural e da História das Instituições Escolares nas obras de Certeau (2002), Magalhães (2004), Sanfelice (2007) e Nosella e Buffa (2009), assim como dos autores que discutem sobre os grupos escolares no Brasil e em Mato Grosso: Souza (1998), Silva (2006), Amâncio (2000), Sá (2007). Para tal, foram utilizadas as mensagens dos presidentes do estado de Mato Grosso, relatórios do diretor da Instrução Pública do estado e do Grupo Escolar de Poconé, nomeações e periódicos, entre outros localizados no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e no Banco de dados do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória. As análises permitiram compreender que Poconé não tinha os pré-requisitos estabelecidos pelo Regulamento da Instrução Pública (1910), isto é, funcionava em prédio alugado sem condições físicas e higiênicas e com o número de alunos inferior ao estipulado, bem como não contava com o material pedagógico necessário para um grupo escolar e, por ter uma cultura específica da vida pantaneira, o calendário escolar não era cumprido. Entende-se que a criação do Grupo Escolar em Poconé, símbolo da modernidade republicana, na contramão do que acontecia nas demais localidades do estado, foi favorecida pelo fato de ser instalado na terra natal e reduto eleitoral do Presidente de Estado, Joaquim Augusto da Costa Marques, que o criou por meio do Decreto n.º 580/1911. Não tendo como se manter, devido à falta de estrutura física, equipamentos e número de alunos, essa instituição escolar sobreviveu no transcurso dos dez primeiros anos fora do que era concebido para uma instituição da grandeza de um grupo escolar, “vitrine da República” (SILVA, 2006) e, por isso, fora extinto em 1922, pelo Decreto n.º 585, de 29 de abril, sendo substituído por cinco escolas isoladas.

Palavras-chave: História Cultural. História das Instituições. Grupo Escolar.

ABSTRACT

This master's research, entitled *The Poconé-MT School Group (1912 -1922): on the opposite of the model school*, is part of the Research Line Culture, Memory and Theories of Education of the Graduate Program in Education at the Federal University from Mato Grosso. Its aim is to understand the process of creation, implementation and the trajectory of School Group of Poconé, in the municipality of Poconé - MT, inquiring about the purposes that motivated and influenced the installation of this institution in the locality. The time frame refers to the year of implementation of the School Group in Poconé (1912) until the year in which it was again transformed into isolated schools (1922). To support the analysis, the concepts of Cultural History and the History of School Institutions were used in the works of Certeau (2002), Magalhães (2004), Sanfelice (2007) and Nosella and Buffa (2009), as well as the authors who discuss school groups in Brazil and Mato Grosso: Souza (1998), Silva (2006), Amâncio (2000), Sá (2006). To this end, messages from the presidents of the state of Mato Grosso, reports from the director of Public Instruction of the state and of the Poconé School Group, appointments and periodicals, among others, located in the Public Archive of the State of Mato Grosso, in the Hemeroteca of National Library and the Database of the Research Group History of Education and Memory were used. The analysis allowed us to understand that Poconé did not have the prerequisites established by the Public Instruction Regulations (1910), that is, it worked in a rented building without physical and hygienic conditions and with a lower number of students than stipulated, as well as it did not have the pedagogical material necessary for a School Group and, due to a specific culture of the Pantanal life, the school calendar was not followed. It is understood that the creation of Poconé School Group, a symbol of republican modernity, on the contrary to what was happening in other locations of the state, was favored by the fact that it was installed in the homeland and electoral stronghold of the President of the State, Joaquim Augusto da Costa Marques, who created it through Decree n. 580/1911. Being impracticable, due to the lack of physical structure, equipment and number of students, this school institution survived in the course of the first ten years without what was conceived for an institution of greatness, “the showcase of the Republic” (SILVA, 2006) and, therefore, it was extinguished in 1922, by Decree n. 585, April 29th, being replaced by five isolated schools.

Keywords: Cultural History. History of the Institutions. School Group.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fachada do Palácio da Instrução.....	35
Figura 2. Fachada do Grupo Escolar Senador Azevedo.....	36
Figura 3. Fachada do Grupo Escolar de Cáceres.....	38
Figura 4. Grupo Escolar de Vila do Rosário.	39
Figura 5. Mapa hidrográfico do município de Poconé.....	45
Figura 6. Vista da Praça da Matriz de Poconé, 1918.....	51
Figura 7. Estação Telegráfica de Poconé.....	53
Figura 8. Joaquim Augusto da Costa Marques.....	58
Figura 9. Comunicado de serviço militar obrigatório de Júlio Müller em março de 1918.	65
Figura 10. Mapa de pessoal docente e administrativo de fevereiro de 1919 do Grupo Escolar de Poconé.....	66
Figura 11. Mapa de pessoal docente e administrativo de agosto de 1919 do Grupo Escolar de Poconé.	66
Figura 12. Mapa de pessoal docente e administrativo de junho de 1920 do Grupo Escolar de Poconé.	67
Figura 13. Portaria designando Pedro Paes de Barros como diretor do Grupo Escolar de Poconé.	67
Figura 14. Relógio do Grupo Escolar de Poconé.	76
Figura 15. Horário para as aulas do 1º ano do Grupo Escolar.	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Dissertações e teses defendidas entre os anos de 1998 a 2020.....	13
Quadro 2. Ano de implantação do grupo escolar nos estados brasileiros.	16
Quadro 3. Organização da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso - de 1896 a 1910.	28
Quadro 4. Instalação dos grupos escolares criados entre os anos de 1910-1912 em prédios próprios.....	33
Quadro 5. Estrutura física da cidade de Poconé.....	52
Quadro 6. Presidentes do Estado de 1908 a 1922.....	56
Quadro 7. Intendentes de Poconé (de 1909 a 1924).....	57
Quadro 8. Diretores do Grupo Escolar de Poconé (de 1912 a 1922).	64
Quadro 9. Professores e funcionários do Grupo em 1912.....	68
Quadro 10. Distribuição dos alunos por sexo e classe em 1916.....	69
Quadro 11. Profissionais do Grupo Escolar em 1916.	70
Quadro 12. Professores e classes (fevereiro de 1919).....	70
Quadro 13. Mapa de julho de 1919.	71
Quadro 14. Mapa de agosto de 1919.	71
Quadro 15. Mapa de junho de 1920.	72
Quadro 16. Ensino da leitura em cada série.	81

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização das cidades onde foram instalados os primeiros grupos escolares de Mato Grosso - de 1910 a 1912.....	37
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEMT	Arquivo Público do Estado de Mato Grosso
CM	Costa Marques
GEM	Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO I	
A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DE 1910 E A IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO DE MATO GROSSO .	22
1.1 A educação mato-grossense em meio ao cenário político e econômico.....	23
<i>1.1.1 Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann: os primeiros normalistas paulistas em Cuiabá.....</i>	<i>25</i>
1.2 O Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso de 1910	27
1.3 O Regimento Interno dos Grupos Escolares de Mato Grosso.....	40
 CAPÍTULO II	
POCONÉ: O MUNICÍPIO PANTANEIRO NOS ANOS DE 1910 E 1920.....	43
2.1 O Pantanal poconeano e o fluxo das águas e das religiosidades.....	44
2.2 Poconé: a cidade pantaneira na década de 1910.....	50
2.3 A política poconeana: a presença do coronelismo	54
 CAPÍTULO III	
GRUPO ESCOLAR DE POCONÉ: INSTALAÇÃO E CULTURA ESCOLAR.....	59
3.1 A organização administrativa do Grupo Escolar de Poconé (1912-1922).....	60
3.2 A organização pedagógica do Grupo Escolar de Poconé.....	68
3.3 A estrutura física do grupo escolar: longe de ser a escola monumento.....	73
3.4 Organização do tempo.....	77
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
 REFERÊNCIAS.....	85

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 começou cheio de promessas com o meu ingresso no mestrado. Esperança, expectativas e muitos planos. Até que o mundo foi pego de surpresa pela pandemia causada pelo coronavírus. Não sabíamos, a princípio, da gravidade e da duração desse pesadelo. Assim, mês a mês vivenciei a suspensão das aulas presenciais na pós-graduação, o distanciamento dos meus colegas de turma e de grupo de pesquisa, o fechamento do Arquivo Público de Mato Grosso e o isolamento social, que impossibilitou a pesquisa nos acervos pessoais. O que fazer diante desse cenário? Como perceber, sob nova ótica, os meus planos, sonhos e expectativas?

Uma das primeiras ações foi a readequação do meu objeto de estudo. Estudar um grupo escolar não foi a minha primeira opção quando entrei no curso de mestrado, o foco, até então, era o Ginásio Bacharel Ribeiro de Arruda, a primeira escola de ensino secundário do município de Poconé. O interesse por essa instituição deve-se por ser a escola onde tomei posse como servidora pública e por estar localizada na cidade onde nasci e vivo até os dias atuais. Porém, após alguns encontros com o Grupo de Pesquisa “História da Educação e Memória” (GEM), nos quais pude participar de discussões sobre a implantação dos grupos escolares em Mato Grosso e, por sugestão da orientadora, pela relevância da pesquisa e por já possuir fontes digitalizadas no banco de dados do GEM, optei em pesquisar sobre o Grupo Escolar de Poconé.

Algumas pesquisas sobre os grupos escolares em Mato Grosso foram produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação. São elas:

Quadro 1. Dissertações e teses defendidas entre os anos de 1998 a 2020.

AUTOR	OBRA	INSTITUIÇÃO	ANO
JACOMELI, Mara Regina Martins	A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891-1927	Dissertação (Mestrado). Unicamp, Campinas-SP	1998
AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros	Ensino de leitura na escola primária no Mato Grosso: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX	Tese (Doutorado). UNESP, Marília - SP	2000

REIS, Rosinete Maria dos	Palácios da Instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927).	Dissertação (Mestrado). UFMT, Cuiabá - MT	2003
OLIVEIRA, Emilene Fontes	Cultura Brasileira e a Memória da construção da Identidade Nacional no Grupo Escolar Leônidas de Matos (1937-1930)	Dissertação (Mestrado). UFMT, Cuiabá - MT	2004
GONÇALVES, Arlene da Silva	Os grupos escolares no Estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)	Dissertação (Mestrado). UCDB, Campo Grande - MS	2009
SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel e	De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)	Tese (Doutorado). USP, São Paulo - SP	2009
MONTEIRO, Juliana da Silva	Cultura Escolar: a institucionalização do ensino primário no sul do antigo Mato Grosso: o Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João no Município de Caarapó (1950-1971)	Dissertação (Mestrado). UFGD, Dourados - MS	2011
SILVA, Adriane Cristine	Grupo Escolar Esperidião Marques: uma contribuição para os estudos das instituições escolares em Mato Grosso 1910-1947	Dissertação (Mestrado). UFGD, Dourados - MS	2011
TREVIZAN, Marcio Bogaz	Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil - Paraguai (1889-1931)	Dissertação (Mestrado). UFGD, Dourados - MS	2011
FIGUEIREDO, Charlene Correia	Grupo Escolar Luiz de Albuquerque: sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá - MT (1908-1930).	Dissertação (Mestrado). UFGD, Dourados - MS	2013
RODELINI, Claudiani Ferreira da Cunha	Grupo escolar Antônio João Ribeiro: cultura escolar primária em Itaporã-MT, uma contribuição para a história das instituições educativas	Dissertação (Mestrado). UFGD, Dourados - MS	2015
SILVA, Wilker Solidade da	Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados/MT: a escola primária urbano/rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974)	Dissertação (Mestrado). UFGD, Dourados - MS	2015

BOBADILHA, Thierry Rojas.	Educação primária no sul de Mato Grosso: o grupo escolar de Bataiporã - MT (1955-1974)	Dissertação (Mestrado). UFGD, Dourados - MS	2016
PARDIN, Deysiane Pereira	O Grupo Escolar Marechal Rondon (1967-1974): história da primeira instituição escolar no perímetro urbano de Naviraí, MS	Dissertação (Mestrado). UFGD, Dourados - MS	2020

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, online.

Como é possível perceber, muitas foram as pesquisas que trataram sobre os grupos escolares no estado ainda uno, sendo a maioria deles em programas de pós-graduação de Mato Grosso do Sul, pois o estado possui um maior número de programas de pós-graduação em educação. Percebe-se que não há pesquisas sobre o Grupo Escolar de Poconé, o que justifica a relevância da presente pesquisa.

Como será tratado no corpo da dissertação, essa modalidade escolar foi de importância sem precedentes da educação do país. Foram os grupos escolares, “[...] modelo de escola implantado pelos governos republicanos, como símbolo da escola primária moderna e racional e a mais adequada para a difusão da educação popular e para a formação do cidadão” (SOUZA, 2011, p. 10).

São Paulo foi o estado pioneiro na implantação da escola graduada no sistema de ensino público; em 1890, foi criada a Escola Modelo, que funcionava anexa à Escola Normal, onde os normalistas a utilizariam como campo de prática do ensino teórico. Seria essa escola a responsável pela capacitação dos futuros professores na moderna metodologia atrelada ao novo regime implantado no país (SÁ, 2007). Passados três anos e aprovada a ideia da Escola Modelo, foram criados os grupos escolares no Estado de São Paulo.

O conceito de escola graduada, na forma de Grupo Escolar, em que poderia reunir várias escolas isoladas em um mesmo prédio, distribuídas em classes, com distinção de sexo, idade e níveis de conhecimento/aprendizagem, tendo um professor por classe, um diretor responsável pela instituição, garantindo a organização e a homogeneização e formando uma hierarquia organizacional (VIDAL, 2006; SÁ, 2007), se espalhou pelos estados brasileiros como mostra o quadro abaixo.

Quadro 2. Ano de implantação do grupo escolar nos estados brasileiros.

N.º de ordem	Ano	Estado
01	1897	Rio de Janeiro
02	1903	Maranhão
03	1903	Paraná
04	1906	Minas Gerais
05	1908	Bahia
06	1908	Rio Grande do Norte
07	1908	Espírito Santo
08	1908	Santa Catarina
09	1910	Mato Grosso
10	1911	Sergipe
11	1916	Paraíba
12	1922	Piauí

Fonte: Vidal (2006).

Esses estados seguiram o modelo de escola graduada paulista¹ durante o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, período da implantação da república no Brasil, quando o sentimento de patriotismo, de modernidade e de progresso social estava relacionado com a ideia de que um país moderno precisaria que seus cidadãos estivessem preparados para ajudar na consolidação do regime, através da educação. Até o ano de 1922 foram implantados 583 grupos escolares em todo o território nacional (SÁ, 2007).

Na visão de Faria Filho (2014), com a implantação dos grupos escolares, como representação de modelo de ensino do que seria no imaginário social uma *escola de verdade* (CHAPOULIE; BRIENT, 1994), exigiu-se a construção de prédios que dessem a visibilidade para o movimento republicano e de consolidação de uma nova cultura escolar, implicando na construção dos prédios monumentos, os quais se destacavam entre os demais. Os prédios construídos para instalar os grupos escolares carregavam alguns significados, como o desligamento entre o espaço escolar e os espaços doméstico ou religioso, atrelados à escola

¹ Interessante saber que o estado de São Paulo emprestava seus professores para os outros estados para ajudar na disseminação e na implantação da escola graduada e, assim, colaborar com a civilização e o progresso do país (SÁ, 2009).

isolada, estabelecendo, dessa forma, uma nova cultura escolar que associasse a escola com um “mundo secular, público e urbano” (FARIA FILHO, 2014, p. 92).

Faria Filho e Vidal (2000) analisam as *escolas-monumento* em contraposição às *escolas de improviso*, caracterizada por ser unidocente, em espaços alugados e improvisados para o ensino. Segundo os autores, “Monumentais, os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos a partir de plantas-tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25).

O edifício-escola, conforme Escolano (1998), também foi usado para expor objetos que remetessem ao patriotismo, como o escudo ou brasão, a bandeira nacional, imagens e/ou pensamentos de personagens importantes que deveriam servir de exemplo para os estudantes, símbolos religiosos e relógios. Nas palavras dele, “toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sociomoraís” (ESCOLANO, 1998, p. 40).

Em Mato Grosso, os grupos escolares foram implantados em 1910 pelo Presidente de Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa, como símbolo da modernidade republicana. Cuiabá, a capital do estado, foi a primeira cidade a receber essa modalidade escolar, sendo instalados dois grupos escolares. Dois anos depois, em 1912, foram criados mais quatro grupos escolares nas seguintes cidades: Cáceres, Corumbá, Rosário Oeste e Poconé. No entanto, para que fossem instalados, alguns critérios das normativas que regulamentavam a criação e o funcionamento dos grupos escolares precisavam ser observados, tais como: espaços físicos adequados, equipamentos escolares e pedagógicos, número de alunos estabelecido, pessoal capacitado (MATO GROSSO, Regulamento, 1910).

A análise da realidade populacional, cultural e educacional de Poconé, tendo como referência as normativas que regulamentavam a criação de um grupo escolar, levou a inquirir sobre os motivos pelos quais o governo estadual instalou em Poconé essa modalidade escolar, tendo em vista que o município não atendia aos critérios mínimos estabelecidos. Assim, pretende-se analisar a criação dessa instituição escolar que, na contramão do que havia sido determinado pela legislação e pelos modelos implantados no estado, foi inaugurada sem quaisquer condições físicas e pedagógicas. Parte-se do pressuposto que o não cumprimento das normativas ocasionou a sua curta existência, de 1912 a 1922, quando foi novamente transformada em escola isolada, motivo que justifica a periodização delimitada para a pesquisa.

Para compreender o processo de implantação do grupo escolar de Poconé em 1912, a pesquisa pautou-se no paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989), que compara o

trabalho do historiador ao do detetive: sempre em busca de pistas, vestígios deixados pelos agentes históricos, os quais possibilitam, após levantamento, o cruzamento e análises das fontes e a compreensão dos fatos ocorridos no passado. No entanto, o pesquisador não deve esquecer de que os vestígios históricos não são neutros, os documentos são produtos de uma sociedade, com a intenção de impor uma forma de pensar (CERTEAU, 2002). Dessa forma, o historiador, ao ler o documento, é preciso se ater às linhas, mas, sobretudo, às entrelinhas, o dito e o não dito.

O próximo passo desse trabalho foi a localização, reunião, seleção, organização e análise das fontes documentais, como orienta Cerneau (2002), a fim de tecer os nexos necessários na construção da narrativa histórica do Grupo Escolar de Poconé, como sugere Magalhães (2014). Assim, foram usadas fontes documentais, como leis, decretos, regulamentos, mensagens presidenciais à Assembleia Legislativa, jornais da época, localizadas nos arquivos da Escola Estadual Caetano de Campos, no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e no acervo documental do GEM.

Após a definição do objeto de estudo, da problemática de pesquisa e da localização e seleção das fontes, o investimento foi em desvendar a história do município e da instituição escolar, pois, conforme Nosella e Buffa (2009), o pesquisador precisa entender o valor educativo cultural e social que uma instituição escolar possui para poder debruçar-se efetivamente no trabalho de sua investigação.

A escola graduada era símbolo de modernização e estava atrelada ao projeto de homogeneização da cultura e da política da sociedade. Mato Grosso, assim como outros estados brasileiros, adotou o grupo escolar como modalidade de ensino. Segundo Amâncio (2008), o grupo escolar presumia uma nova ideia de escola, já que as mudanças aconteceriam desde a estrutura física, pois teriam prédios apropriados para receber os alunos. As relações intraescolares também seriam alteradas, com a divisão de salas para cada série escolar, por sexo e por idade. Com um professor normalista para cada sala, as aulas passaram a ser ritmadas conforme o cronograma e cada grupo teria a presença de um diretor com a função de cuidar da parte administrativa e pedagógica.

Tomar o grupo escolar como objeto de estudo requer voltar o olhar para os referenciais que tratam da História das Instituições Escolares, fundamentadas nas obras de Magalhães (2004) e Sanfelice (2007), as quais argumentam que não há instituição que não mereça ser objeto de interesse por parte de um investigador. Não há história sem sentido, mas é necessário tecer os nexos para que as instâncias que a entretêm – educação, história e

instituição – tornem-se inteligíveis e significativas (MAGALHÃES, 2004). Assim, é preciso “[...] compreender e explicar os processos e os ‘compromissos’ sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto” (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Nosella e Buffa (2009) consideram que o interesse pelos estudos das instituições apresentou um crescimento considerável a partir da década de 1990, em razão, especialmente, da consolidação dos programas de pós-graduação e a chamada crise dos paradigmas, quando muitos historiadores começam a criticar os estudos feitos sobre sociedade e educação e iniciam um nova proposta envolvendo uma diversidade epistemológica e temática, desencadeando a ampliação das linhas de investigação.

Esse campo de investigação é relativamente recente, mas vem contribuindo imensamente para a historiografia regional e nacional. O pesquisador da História de uma Instituição Escolar deve reconstruir o passado com o olhar para a cultura atual e, ao promover o encontro presente-passado, cria uma nova realidade, “quase uma ficção, melhor dizendo, cria uma obra de arte, rica de sentidos” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 71-72).

Para tessitura desta investigação, os estudos de autores sobre os Grupos Escolares de Mato Grosso foram consultados. Elizabeth Figueiredo de Sá, com seu livro *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*, analisou os primeiros grupos escolares instalados no estado, bem como a escolarização das crianças mato-grossense. Lázara Nanci de Barros Amâncio, na obra *Ensino de leitura e grupos escolares: Mato Grosso 1910-1930*, deteve-se sobre o ensino da leitura no estado a partir da chegada dos normalistas paulistas contratados para organizarem as escolas primárias em Mato Grosso. Por sua vez, Rosinete Reis, com a obra *Palácios da instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*, abordou a educação pública primária regional nas primeiras décadas da república, contextualizando o cenário político-educacional do estado, a atuação dos normalistas e as estruturas arquitetônicas dos primeiros edifícios onde funcionaram os grupos escolares.

Em âmbito nacional, Rosa de Fátima Souza, em *O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas*, faz um estudo sobre o processo de escolarização da classe popular durante a república na cidade de Campinas e, em *Templos de civilização: a implantação da escola primária no Estado de São Paulo (1810-1910)*, trouxe à discussão a implantação dos grupos escolares em São Paulo, observando a política e as reformas educacionais.

A obra de Luciano Mendes de Faria Filho, *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906-1918)*, pautou-se no conceito de representações (CHARTIER, 1990) para escrever a trajetória da escola primária em Belo Horizonte, dando ênfase à cultura escolar construída nas instituições mineiras, abrindo a percepção para o estudo dos grupos escolares de uma forma geral.

A História das Instituições proporciona ao pesquisador uma mudança de perspectiva ao estudar uma instituição escolar, a compreender que “nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seu muros, por isso é fundamental olhar para o seu entorno” (SANFELICE, 2007, p. 78), é preciso estudar o micro e o macro, pois as escolas não são entidades isoladas, sofrem interferência social, econômica, cultural e educacional do meio em que está inserido.

Para a compreensão e análise da cultura escolar foi importante debruçar sobre as obras de Viñao Frago e Agustín Escolano, que fazem um estudo sobre o tempo e o espaço escolar em uma perspectiva histórica, considerando o espaço-escola um programa, “espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância” (ESCOLANO, 1998, p. 26), desse modo, tempo e espaços não são neutros, são partes de uma cultura escolar.

Nessa direção, sobre análises no campo da cultura escolar, Dominique Juliá compreende a cultura escolar como:

um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIÁ, 2001, p. 10).

Assim, esse conceito ajudou a compreender que a cultura escolar encontrada nos grupos escolares, sobretudo o Grupo Escolar de Poconé, precisa ser analisada considerando o contexto econômico, social, político e cultural em ela estava inserida.

Desta forma, a presente dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, *A Reforma da Instrução Pública Primária de 1910 e a implantação dos grupos escolares no Estado de Mato Grosso*, é delineado o contexto político, econômico e educacional em Mato Grosso entre os anos de 1910 e 1920, período da implantação da reforma da Instrução Pública no estado, que regulamentou os grupos escolares mato-grossenses, foco desta pesquisa. O segundo capítulo, intitulado *Poconé: o município pantaneiro nos anos de 1910 a 1920*, traz a lume o cenário político, econômico e cultural de

Poconé. Desse modo, o capítulo traz a organização do município, no período referente ao estudo, bem como o cotidiano da população que se movimentava de acordo com as interferências das águas do Pantanal e das festas tradicionais de santo.

O terceiro e último capítulo, *Grupo Escolar de Poconé*, trata sobre a implantação do Grupo Escolar de Poconé, analisando, através dos vestígios encontrados durante o trabalho da pesquisa, as particularidades de sua instalação e da cultura escolar dessa Instituição.

A análise possibilitou desmistificar a ideia de que a implantação dos grupos escolares se deu por todo país de forma modelar e majestosa, dando visibilidade à implantação dessa modalidade escolar nos recônditos menos visitados pelos pesquisadores.

CAPÍTULO I
A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DE 1910 E A
IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO DE MATO
GROSSO

O primeiro capítulo tem como objetivo abordar as características da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso entre os anos de 1910 e 1920. Este recorte justifica-se pela duração da reforma da Instrução Pública no estado, responsável pela regulamentação dos grupos escolares, modalidade escolar inexistente até então.

É importante retratar o contexto político, econômico e educacional no estado, identificar as cidades contempladas com a instalação dos primeiros grupos e, por último, analisar algumas mudanças estabelecidas com o Regimento Interno do Grupos Escolares.

1.1 A educação mato-grossense em meio ao cenário político e econômico

O desabrochar do século XX trouxe consigo transformações econômicas no país, ocorridas com a implantação do Regime Republicano em 1889. Dentre essas mudanças, Rodrigues (2009) destaca a incorporação da mão de obra livre no mercado de trabalho, a modernização dos sistemas de comunicação e transportes, a construção das estradas de ferro e a modernização nas fazendas de café. Para romper com as práticas comuns ao Império e sedimentar a República no território nacional, seria necessário que os governantes implantassem políticas públicas que dessem suporte a essas transformações inseridas na sociedade brasileira.

Nesse sentido, a instrução pública foi um dos instrumentos usados pelos governantes para a formação do cidadão republicano. Foi instaurada uma política educacional aos moldes republicanos, exaltando “[...] o poder da educação como fator de promoção e igualdade social e fixação dos contornos nítidos quanto à função e às possibilidades sociais de um homem educado, possuidor da razão, e o homem analfabeto considerado um ignorante” (SOUZA, 1998a, p. 26). Na visão de Reis (2006), a escola seria o local onde, além de formar o sentimento de patriotismo, formaria a identidade nacional dando-lhes acesso aos conhecimentos básicos.

Desse modo, conforme Souza (2008), caberia à escola primária moldar o caráter das crianças, pois seriam elas os futuros trabalhadores, estimulando valores de interesse ao ideário republicano, como: civilidade, respeito aos superiores, pontualidade, ordem e patriotismo. Para tanto, a educação moral e educação cívica foram implementadas nos currículos, em substituição ao ensino religioso, para incutir nos alunos “[...] noções de amor à Pátria, o respeito à ordem constituída e o acatamento dos seus deveres” (SOUZA, 1998a).

Conforme Siqueira (2009), em Mato Grosso, com a implantação do regime republicano, a administração do estado ficou alternada e disputada por dois grandes grupos: o

grupo do norte, que era representado pelos senhores de engenho e, posteriormente, passou a ser controlado pelos usineiros de açúcar; e o grupo do sul, que era formado pelos latifundiários e comerciantes. Amâncio (2008) destaca que as disputas pelo poder político em Mato Grosso eram tão acirradas nesse período que houve 27 trocas de presidentes de estado.

Na Primeira República imperava a política dos governadores que, de acordo com Siqueira (2009), se constituía em uma aliança entre o presidente do governo federal e os chefes políticos estaduais, no qual o primeiro dava poderes e favorecimentos ao segundo grupo em troca de votos. Tal política intensificava as lutas entre os coronéis locais que culminavam em lutas armadas tanto na capital Cuiabá como no interior do estado, “[...] abalando significativamente a instrução pública, devido ao pânico que se instaurava entre a população” (SÁ; SÁ, 2011, p. 29).

Para além dos conflitos políticos e as lutas armadas, existiam outras dificuldades que prejudicavam a instrução pública em Mato Grosso, como a “[...] disseminação da população em diversas localidades, à dificuldade de acesso pela quase ausência de estradas, à pobreza das famílias das cidades do interior e à falta de comunicação [...]” (SÁ; SÁ, 2011, p. 29).

A instrução pública era um dos órgãos do estado mais fragilizados e, por isso, temática dos discursos governamentais:

É este um dos ramos de serviço que mais estão reclamando a atenção do poder publico, levantar-se do profundo abatimento em que há muito se acha; ou antes é o que mais está exigindo os cuidados da administração superior, atenta a sua decisiva importancia para o futuro do Estado, que está sendo comprometido pela deplorável decadência em que elle tem ido (MATO GROSSO, Mensagem, 1907, p. 17).

É este um dos ramos da administração que mais se impõe ao vosso cuidado e solicitude, pela absoluta dependência que dele tem o futuro dos povos (MATO GROSSO, Mensagem, 1908, p. 18).

Na ótica dos governantes, o problema era de difícil solução porque o governo enfrentava dificuldades financeiras. O Presidente do Estado Pedro Leite Osório argumentou que o cofre público mato-grossense “[...] está sendo comprometido pela deplorável decadência em que elle tem ido” (MATO GROSSO, Mensagem, 1907, p. 17). No ano subsequente, em 1908, Generoso Ponce esclareceu que o orçamento estadual não permitia maiores investimentos na instrução pública. Segundo o governante, “infelizmente, não nos permitem os nossos recursos orçamentários dar a este assumpto o elasterio de que elle é digno” (MATO GROSSO, Mensagem, 1908, p. 18).

Com a diminuição das agitações políticas a partir de 1910, o governo pôde deixar de investir na segurança pública e voltar-se para os demais setores que careciam de atenção. Com isso, o presidente do estado Pedro Celestino Corrêa da Costa afirmou:

Convencido da necessidade urgente que ha de cuidarmos do futuro da instrução popular, base fundamental de todo o verdadeiro progresso social, que é tanto mais solido quanto mais diffundida ella se acha; e convencido também que o primeiro passo a dar para esse fim é a formação de bons professores, mandei contractar dois normalistas em S. Paulo, com o fim de crear aqui uma Escola Normal de que havemos mistér para a realização desse importante objetivo; esperando que me habilitareis para leval-o a efeito nas condições desejáveis (MATO GROSSO, Mensagem, 1910, p. 7).

Para reorganizar a instrução pública do estado nos moldes que vinham sendo praticados nos demais estados brasileiros, Pedro Celestino solicitou ao governo de São Paulo a indicação de professores que pudessem assumir tal empreitada. O governo paulista indicou dois jovens normalistas, recém-formados pela conceituada Escola Normal Caetano de Campos de São Paulo, Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Fernando Kuhlmann, para ajudarem na reformulação da instrução pública primária mato-grossense. Segundo Sá (2007), os normalistas, ao iniciarem os trabalhos da reforma da instrução pública do estado de Mato Grosso, visitaram os distritos da capital para conhecer e diagnosticar o ensino ofertado no estado.

Após visita às escolas dos distritos da capital, Mello apresentou as suas impressões acerca do funcionamento das escolas públicas primárias na capital em relatório encaminhado para o Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça e Fazenda:

Das escolas visitadas não havia uma que fuccionasse de accordo com as leis methodologicas mais geraes. O horário e o programma em detalhe eram desconhecidos do professor. Sua orientação pedagógica não ia além da prática que por si unicamente conseguira. Desta sorte não me admirou a diversidade de methodo seguido, nem a falta de unidade no ensino. Louvei mesmo os professores, pois, a mingua de uma orientação definida, elles supriam com a intuição natural de que eram dotados. (MATO GROSSO, Relatório, 1911, p. 2).

O que Mello presenciou foram as práticas das escolas isoladas, sem unidade de programa, método, horário e distribuição de alunos por classes. Para ele “tudo estava por fazer” (MATO GROSSO, Relatório, 1911, p. 2).

1.1.1 Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann: os primeiros normalistas paulistas

em Cuiabá

Muitos professores do Estado de São Paulo foram emprestados para outros estados implementando reformas na instrução pública e, com isso, o modelo de escola graduada. Silveira (1917 *apud* SÁ, 2009) afirma que, para o governo paulista, não era fácil indicar alguém que pudesse realizar tal missão e se deslocar para outros estados, pois muitos ou já estavam empregados, ou não queriam se arriscar em outra localidade. Portanto, eram raros os que preenchiam os critérios para assumir tamanha missão. Esses professores ficaram conhecidos como bandeirantes, pois tinham a missão de levar esse modelo de instrução para diferentes localidades em nome do progresso do país (SÁ, 2009).

Os pioneiros em Mato Grosso, Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Fernando Kuhlmann, formaram-se em 1909 pela Escola Normal Caetano de Campos e foram indicados por Oscar Thompson, diretor geral da Instrução Pública do estado de São Paulo, para desenvolverem o projeto de modernização da instrução pública primária no estado.

Interessante saber que Gustavo Kuhlmann era de família reconhecida no estado e que, apesar de ser um jovem recém-formado, já trabalhava como professor adjunto no Grupo Escolar de Bebedouro. Seu pai, Alberto Kuhlmann, era engenheiro e participou da urbanização da capital do estado, foi deputado estadual e jornalista do Estado de São Paulo, dentre outros jornais. Já seu irmão, Guilherme Jorge Kuhlmann, também formado pela Escola Normal Caetano de Campos, era o diretor do Grupo Escolar de São José do Rio Pardo (SÁ, 2009).

Sobre a vida de Leowigildo de Mello em São Paulo, sabe-se apenas que ele, assim como Kuhlmann, se destacou entre os alunos pelo bom rendimento na escola e, de acordo com Vidal e Sá (2010), talvez seria esse um dos fatores que tenha influenciado para serem escolhidos para assumir o cargo em Mato Grosso.

Segundo Amâncio (2008, p. 84), esses normalistas eram “[...] frutos de uma geração produtiva e comprometida com os princípios republicanos”. Desta forma, estavam aptos para utilizar e divulgar a metodologia aprendida na Escola Normal de São Paulo, que, nas representações dos governantes da época, eram as mais eficientes para a formação da infância para o progresso social.

Assim, Mello assumiu a direção da Escola Normal de Cuiabá e, ainda, a direção da Escola Modelo anexa (Grupo Escolar do 1º Distrito da capital), até o ano de 1916. Focou seus trabalhos na educação e na imprensa, assinou uma série de artigos com o pseudônimo de

Moacyr Tabajara, casou-se e teve filhos com Azélia Mamoré de Mello, a primeira mulher a lecionar na Escola Normal (POUBEL E SILVA, 2004).

Após o término do contrato como normalista, optou por exercer o cargo de Promotor de Justiça de Cuiabá e passou a escrever para os jornais locais, inclusive para o jornal A Cruz, no qual fez críticas aos normalistas com o pseudônimo L. da Veiga. Em 1918, converteu-se ao catolicismo e faleceu com 33 anos em 1922.

Kuhlmann, por sua vez, assumiu a direção do Grupo Escolar do 2º Distrito da capital, depois denominado Grupo Escolar Senador Azeredo, atuou na educação, na política local e na imprensa cuiabana, dirigindo o jornal mensal O Amiguinho, destinado ao público infantil, e publicou o livro “Bondade e Pátria”, que foi aprovado, em 1915, pelo Conselho de Instrução Pública, para ser usado na formação moral e cívica das crianças das escolas primárias. Foi casado com a filha do Coronel Joaquim Caraciolo Peixoto de Azevedo, vice-Presidente do estado, com quem teve 3 filhos.

Foi duramente criticado por ser defensor do ensino laico, indo de encontro aos interesses da igreja e da sociedade de maioria católica predominante na capital naquela época. As críticas mais consistentes eram feitas pelo jornal católico, A Cruz, sempre que Kuhlmann publicava artigos na Revista A Nova Época (SÁ, 2009).²

Sua trajetória em Mato Grosso terminou em 1916, quando ele retornou para São Paulo com sua esposa e filhos, onde atuou em cidades diferentes como professor adjunto, diretor, inspetor escolar. Em 1930, ele faleceu aos 40 anos de idade (SÁ, 2009).

1.2 O Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso de 1910

A Reforma da Instrução Pública, materializada no Regulamento de 1910, foi um marco muito importante para a história da educação de Mato Grosso. Sá (2007) ressalta que os normalistas mantiveram algumas diretrizes do regulamento de 1896, tendo em vista que estavam em consonância com as ideias propostas nacionalmente, as inovações concentraram na regulamentação dos grupos escolares e na criação de uma escola normal, diferente das que já haviam funcionado no estado.³

Conforme o Regulamento de 1896, em Mato Grosso haveria escolas primárias elementares que funcionariam em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados, eram de

² Essa revista foi usada pelos normalistas para divulgar os ideais republicanos e pedagógicos, principalmente para professores (AMÂNCIO, 2008).

³ A respeito cf. Poubel e Silva (2004).

cunho obrigatório para todas as crianças de 7 a 10 anos; as escolas primárias complementares eram destinadas para as crianças que desejassem aumentar o conhecimento adquirido com o elementar ou frequentar o curso de Humanidade do Liceu Cuiabano, estas funcionariam na capital e nas principais cidades. Para que pudessem ser abertas, era necessário que tivessem um número mínimo de 20 alunos e no máximo 60, podendo ser matriculados em qualquer época do ano letivo (SÁ; SÁ, 2011).

Como o estado não possuía prédios suficientes para abrigar as escolas, elas poderiam funcionar nas casas dos professores, que seriam abonados com uma quantia equivalente à metade de um aluguel por lecionarem no mesmo local de moradia.

O Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso de 1910 trouxe algumas inovações em relação ao anterior. Inicialmente, normatizou o funcionamento dos Grupos Escolares criados pelo decreto n.º 508, de 16 de outubro de 1908.

Quadro 3. Organização da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso - de 1896 a 1910.

Organização da Instrução Pública Primária	Regulamento de 1896		Regulamento de 1910	
	Escolas Elementares	Escolas Complementares	Escolas Isoladas	Grupo Escolar
Modalidades				
Lotação de alunos	Até 60 alunos	Até 60 alunos	20 a 70 alunos	16 a 45 alunos por classe (cada grupo possui 8 classes)
Profissionais por escola	Professor	Professor	Professor	Professor por classe Diretor Porteiro 2 Serventes
Prédio	Alugado (casa do professor)	Alugado (casa do professor)	Alugado (casa do professor)	Prédio com várias salas
Localização	Vilas, freguesias e povoados	Capital e cidades principais (com maior desenvolvimento e densidade populacional)	Vilas, freguesias e povoados	Sedes de distritos que possuam 6 escolas primárias no perímetro fixado

Fonte: Mato Grosso (Regulamento, 1896, 1910).

O quadro acima delinea alguns aspectos fundamentais da organização da instrução pública primária do Estado de Mato Grosso. Em primeiro lugar, a instrução primária passou a ser organizada em duas modalidades: as escolas isoladas e os grupos escolares. As primeiras seriam destinadas às crianças que estavam localizadas nas vilas, freguesias ou povoado, com a recomendação de ter o número mínimo de 20 meninos em idade escolar. Já o grupo escolar

estava destinado para as crianças localizadas nas principais cidades do Estado e que atendessem as determinações da lei, como veremos mais adiante.

As escolas isoladas já compunham a estrutura da instrução pública do estado: poderiam funcionar em prédios alugados pelo governo, na casa do professor, salão paroquial ou uma casa cedida pela comunidade com turmas de até 70 alunos (femininos e masculinos) de diversas idades. Souza (1998a) define as escolas isoladas como “unidades escolares não agrupadas, com um único professor ministrando a instrução para crianças de diversas idades” (SOUZA, 1998a, p. 62).

O grupo escolar estabeleceu uma organização diferente, constituindo em nova cultura escolar em contraposição ao ensino em uma única sala de aula com alunos de diversas idades, turmas separadas por idade, sexo e adiantamento dos alunos e sobre a regência de um professor. Conforme Frago, essa modalidade escolar:

[...] implicava mudanças profundas na distribuição e usos do espaço e tempo escolares, na classificação e distribuição das crianças, na extensão e graduação e livros de texto, nos modos de avaliação e, em especial, na organização e gestão das escolas. Supunha uma nova cultura escolar e exigia uma mudança mental, uma mudança conceitual e de perspectiva que facilitasse a compreensão do que estava acontecendo e das possibilidades do novo sistema (FRAGO, 2005, p. 26).

Dessa forma, o grupo escolar incorporou à instrução de ensino daquela época novas formas de ensinar, fazendo uso da gestão de tempo, classificação dos alunos conforme idade, sexo, ou propondo uma graduação no ensino. Induzia-se uma nova cultura escolar de acordo com o novo sistema implantado.

Desta feita, cada grupo escolar reuniria pelo menos 6 escolas primárias em um mesmo prédio. Essas escolas reunidas deveriam estar localizadas no perímetro de 1 km da sede do grupo. Cada grupo deveria ser dividido em 8 classes, 4 masculinas e 4 femininas, com no máximo 45 alunos e no mínimo 16 alunos por classe (MATO GROSSO, Regulamento, 1910b).

No entanto, no ano seguinte, houve uma alteração no regulamento, diminuindo o número de mínimo de 6 para 3 escolas. Amâncio (2008) relaciona essa alteração da lei ao vasto território do estado e a população dispersa, o que dificultaria a abertura de novos grupos escolas dentro dos parâmetros iniciais.

A estrutura administrativa e pedagógica das duas modalidades escolares, instituídas para o ensino primário, estava organizada de forma diferente. As escolas isoladas estavam destinadas ao trabalho de um único professor(a), que exercia as funções pedagógicas e

administrativas. Logo, compunha o corpo de funcionários do grupo: um professor (a) por classe, um diretor, um porteiro e dois serventes (MATO GROSSO, Regulamento, 1910).

Ao professor da escola isolada também era atribuída a função de zelar pelo material escolar, escrever e enviar relatórios anuais informando a situação da escola e a evolução dos alunos ao inspetor responsável e relatórios mensais com os dados estatísticos para a secretaria da instrução, também via inspetor escolar. Era esse o modelo predominante de escola usado no estado, podendo ser encontrado nos núcleos rurais ou urbanos. Faria Filho (2014) argumenta que essas características eram consideradas como obstáculos para a “realização da tarefa educadora e salvacionista republicana, materializada na educação primária (FARIA FILHO, 2014, p. 37).

Leowigildo de Mello afirma que o grupo escolar, com a nova formulação da organização administrativa e pedagógica, mostrava-se mais eficiente do que o ensino primário unidocente praticado no estado, como escreveu em seu relatório:

Uma escola encontrei mesmo, onde, por entre a confusão das outras disciplinas, brilhavam vislumbres de orientação pedagógica no ensino da leitura e da geografia. Na distribuição das classes havia a mesa desorientação: - os alunos eram ao mesmo tempo da 5ª classe em leitura, da 3ª em escripta e da 1ª em números, isto é, não havia harmonia no desenvolvimento gradual das faculdades infantis (MATO GROSSO, Relatório, 1911, p. 2).

Para o normalista, a organização da escola isolada mato-grossense era ineficiente para o desenvolvimento da criança, pois funcionava em lugares adaptados ou nas casas dos professores, que em sua maioria eram leigos. Em média, trabalhavam com uma turma de 20 a 60 alunos, sem distinção de sexo, com idades e níveis de aprendizado diversos.

O normalista segue afirmando que “somente a instituição do grupo escolar, com suas classes homogêneas, sujeito a unidade de programa, de horário e de orientação, constantemente sob as vistas do Director, apresentava probabilidades de um sucesso” (MATO GROSSO, Relatório, 1911, p. 2). As escolas isoladas eram vistas pelos normalistas como herança de império e, portanto, ultrapassadas frente à moderna forma de instrução que os grupos representavam e, por isto, estavam sendo difundidos nos outros estados brasileiros. Essa nova modalidade, na visão de Leowigildo, traria mais organização ao ensino de Mato Grosso. Sobre a fiscalização nos grupos escolares, o Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, em 1912, Major José Estevão Corrêa, declarou que:

Do ponto de vista da fiscalização, é incontestável a superioridade de que se dá nossos grupos escolares comparado com a das escolas avulsas. Os grupos são

verdadeiras repartições públicas onde diretores e professores mutuamente se fiscalizam, tendo por isso neles dispensada a presença constante das autoridades encarregadas de sua inspeção (MATO GROSSO, Relatório, 1912, p. 6).

Essa afirmação refere-se ao fato que a fiscalização, no ponto de vista do Major José Estevão Correa, seria uns dos fatores preocupantes na instrução pública, visto que era feita por pessoas não remuneradas, o que, conforme Sá e Sá (2011), deixava a desejar principalmente pelo fato das escolas serem distantes umas das outras, somadas às péssimas condições de comunicação das estradas, implicando na falta de comprometimento com dados encaminhados à Diretoria Geral da Instrução Pública. No Grupo Escolar, era o diretor o encarregado de fiscalizar e de encaminhar os dados para a Diretoria Geral da Instrução.

Generoso Ponce, Presidente do Estado, (des)qualifica, em seu relatório de 1908, o ensino ministrado na época:

Não é raro ver figurando em programma de ensino primário variadíssimas disciplinas, um accumulo extraordinário de materias, às vezes sem classificação methodica, o que occasiona o sacrificio de umas as outras, sem obtenção do que se tem em vista; fatiga-se a intelligencia da infancia com uma serie de noções abstractas e futeis e tudo se perde de esforços e sacrificios (MATO GROSSO, Mensagem, 1908, p. 20).

O modelo descrito por Generoso Ponce era a forma como ele enxergava a instrução pública antes da reforma educacional de 1910. Pela perspectiva do governante, o programa de ensino usado provocava um acúmulo de matérias e não havia o uso de um método eficiente, fadigando os alunos com noções fúteis.

Com o novo modelo de ensino, os alunos passariam a estudar em uma escola com vários professores, que utilizariam o ensino simultâneo, numa sala de aula organizada de forma homogênea, sendo os alunos distribuídos em classes e séries, conforme aprendizado e idade, utilizando o método intuitivo.

O método intuitivo foi consolidado nas escolas paulistas, conforme Souza (1998), com a reforma da Escola Normal, organização da Escola Modelo e dos grupos escolares, no início da década de 1890. Em Mato Grosso, esse método chegou com o Regulamento de 1896, implantado por Antônio Corrêa da Costa, Presidente do Estado na época, conforme o parágrafo 4º, do artigo 10º, do Regulamento de 1896: “Exercícios de intuição, ou noções de cousas acompanhadas de exercícios de leitura e escrita e de explicações sobre formas, cores, números, dimensões, tempo, sons, qualidades dos objetos, medidas, seu uso e aplicação” (MATO GROSSO, Regulamento, 1896).

Na visão de Reis (2006), o método intuitivo tem como ideia central a aprendizagem por processos naturais; assim, as pessoas raciocinariam de acordo com os dados fornecidos para elas. De acordo com o Regulamento de 1896, o professor deveria tornar o ensino prático, evitando perturbar a inteligência dos educandos com regras e definições prematuras, utilizar de linguagem simples e clara, familiarizando o aluno com o assunto.

Para Pedro Celestino, Presidente do Estado em 1910, apesar do governo estar aparelhado para melhorar a parte material do ensino, ainda faltavam bons professores. Em suas palavras:

Está o governo aparelhado para melhorar a parte material da instrução, proporcionando-lhes todos os recursos necessários; mas faltam-lhe bons professores para todas as localidades, como é para desejar, e isso só se conseguirá com o tempo, preparando moços para o magistério publico, que deve tornar-se atraente e de real proveito para a sociedade (MATO GROSSO, Mensagem, 1910, p. 7).

Em 1911, ele declarou: “o professorado primário dos municípios, quase todo interino, precisa ser quanto antes substituído, na sua maioria, por lhe faltarem preparo e conhecimentos pedagógicos” (MATO GROSSO, Mensagem, 1911, p. 14).

Para isso, conforme o Decreto n.º 353, de 1914, do Regulamento da Escola Normal, ficou estabelecido que anexo à Escola Normal teria um Grupo Escolar, com a denominação de Escola Modelo anexa, na qual os normalistas realizariam as atividades práticas, lecionando para os alunos do ensino primário o que era aprendido na Escola Normal (REIS, 2006).

Reis (2006) afirma que a Escola Modelo era composta por 10 classes em um regime inicial de 5 anos; desses, 4 eram correspondentes ao curso elementar e 1 do curso complementar, havia sessões femininas e masculinas. A partir de 1922, o curso foi reduzido para 4 anos, tendo a mesma estrutura do Grupo Escolar.

Outra inovação que ocorreu com a implantação do grupo escolar foi a organização dos prédios construídos para abrigar tais instituições, os quais, segundo Sá (2007), ganharam nova apresentação, atendendo tanto aos interesses republicanos quanto às necessidades exigidas pela escola graduada. Souza (1998b) afirma que essa monumentalidade está relacionada à vontade do Estado em divulgar suas ações. Isto é, indica que a arquitetura dos prédios tinha, para além das funcionalidades dos espaços planejados para o ensino, também a superioridade do grupo escolar (escola do período republicano) em relação às escolas isoladas (que são resquícios do período imperial), onde as aulas eram ministradas em sua maioria nas casas dos professores.

Mesmo que a princípio os grupos escolares de Mato Grosso tenham sido instalados em

prédios adaptados, paulatinamente foram contemplados com prédios próprios, conforme o quadro abaixo.

Quadro 4. Instalação dos grupos escolares criados entre os anos de 1910-1912 em prédios próprios.

GRUPO	CIDADE	INSTALAÇÃO PRÉDIO ADAPTADO	INSTALAÇÃO PRÉDIO PRÓPRIO
1º Distrito da Capital	Cuiabá	03 de setembro de 1910	1914
2º Distrito da Capital	Cuiabá	10 de setembro de 1910	1915
Grupo Escolar Costa Marques	Cáceres	09 de março de 1912	1920
Grupo Escolar de Poconé	Poconé	13 de maio de 1912	não recebeu prédio próprio até o seu fechamento em 1922
Grupo Escolar de Rosário	Rosário	1º de agosto de 1912	1921

Fonte: Mato Grosso (Mensagem, 1911, 1912, 1919, 1920, 1950).

Conforme o Quadro 2, os Grupos do 1º e do 2º Distritos da capital foram os que permaneceram menos tempo em prédios alugados: o do 1º Distrito ficou quatro anos e o segundo, cinco. Em Cáceres, o tempo de espera para poder usufruir de um edifício construído para os devidos fins foi de sete anos. O Grupo Escolar de Poconé permaneceu no mesmo prédio em que foi instalado de 1912 até 1922, quando o grupo encerrou suas atividades na cidade, denotando a falta de compromisso dos gestores com as questões relativas aos benefícios que um edifício projetado teria para a educação das crianças.

Em Cuiabá, o Palácio da Instrução, que teve o lançamento de sua obra em maio de 1911 e sua inauguração em agosto de 1914, contava com dois andares: no térreo funcionava a Escola Modelo e no superior funcionavam a Escola Normal e o Liceu Cuiabano (REIS, 2006; SÁ, 2007). A suntuosidade do Palácio contrastava com as demais edificações daquele período, pois a capital mato-grossense ainda possuía características rurais, com casas de adobe, fato que realçava ainda mais a arquitetura de estilo Neoclássico.

Os prédios construídos para o funcionamento dos grupos escolares possuíam algumas semelhanças: eram instalados em lugar de destaque na cidade, as edificações eram sempre imponentes, possuíam uma entrada única, mas o seu interior era dividido em duas alas: a masculina e a feminina; contudo, no centro havia um pátio que unias as salas de aulas (SÁ, 2007).

Sobre a arquitetura escolar, Augustin Escolano (1998) afirma que ela materializa os valores (ordem, disciplina e vigilância) e reflete as inovações pedagógicas, expressando em

“sua institucionalização material as teorias que os legitimaram, como é igualmente notório que as escolas seriadas ou as classes de ensino mútuo refletiram as práticas didáticas que abrigaram entre seus muros” (ESCOLANO, 1998, p. 26)

Para Escolano (1998), esse tipo de arquitetura tem uma “especialização” disciplinar, observado na separação das salas, por graus, sexo, idade bem como a forma que as carteiras são distribuídas, organizando os movimentos e economizando o tempo.

Os primeiros grupos escolares mato-grossenses funcionaram, a princípio, em prédios adaptados até que fosse construído um espaço próprio, assemelhando-se com a monumentalidade dos grupos escolares que já funcionavam em outros estados (SÁ, 2007).

Desse modo, os grupos escolares dos 1º Distrito⁴ e 2º Distrito de Cuiabá foram instalados, primeiramente, em casas alugadas e, posteriormente, seguindo com a política vigente no país. No tocante à instrução da população infantil, o governo decide pela construção de novos prédios que estivessem de acordo para o funcionamento dos grupos escolares da capital.

O primeiro a ser construído foi o “Palácio da Instrução”, inaugurado em 1914, com a finalidade de atender a Escola Modelo Barão de Melgaço⁵ e a Escola Normal. O título de “Palácio” se deu não apenas pela imponência de sua construção, mas também pela presença da Escola Normal, onde seriam formados os professores que disseminariam o plano educacional do governo republicano. “Deveria ser ele um verdadeiro ‘palácio escola’, contemplando todos os graus de ensino” (REIS, 2006, p. 80, grifo do autor).

⁴ O Grupo Escolar do 1º Distrito da capital foi inaugurado no dia 03 de setembro de 1910 e estiveram presentes o Presidente do Estado, o funcionalismo estadual e federal, bem como o diretor Leowigildo Martins de Mello e os seus adjuntos. O grupo foi instalado em dois prédios, situados na rua 1º de março, e, de acordo com o relatório de Mello, tais casas não possuíam as melhores condições pedagógicas e higiênicas para um prédio escolar, porém receberam algumas adaptações e materiais escolares (MATO GROSSO, Mensagem, 1911). A Escola Normal só foi instalada no dia 1º de fevereiro de 1911, no mesmo prédio do Grupo Escolar do 1º Distrito.

⁵ O Grupo Escolar do 1º Distrito passou a se chamar Escola Modelo Barão de Melgaço. Levou o título de modelo pois, seria onde os alunos da Escola Normal colocariam em prática as teorias estudadas e modelo para as outras escolas primárias do Estado.

Figura 1. Fachada do Palácio da Instrução.



Fonte: Ayala e Simon (1914, p. 127).

A fachada do Palácio da Instrução mostra a monumentalidade e a suntuosidade típica dos prédios para essa finalidade, a “escola-monumento”, defendida por Faria Filho e Vidal (2000), deveria ser a “vitrine da república” (SILVA, 2006), onde formariam os cidadãos republicanos mato-grossenses (SÁ; AMARAL, 2021).

O prédio, um sobrado com dois pavimentos, construído em estilo Neoclássico, na região central da capital, com dimensão de aproximadamente de 1.620 metros quadrados, possuía 38 salas, destinadas para as atividades escolares e gabinetes, vestíbulos e sanitários. Uma ampla escadaria, com 88 janelas de vidros importados da Bélgica, interligava o piso térreo e o superior. Foi construído em um terreno de esquina, o que possibilitava a visão por vários ângulos, a entrada principal contava com um frontão onde estava exposto o Brasão da República (REIS, 2006; SÁ, 2007).

De acordo com Reis (2006), a Escola Modelo, mesmo sendo uma instituição estatal e gratuita, era frequentada pelos filhos da elite da capital, justamente por ser considerada uma instituição sofisticada e eficiente.

Seguindo o mesmo caminho, o Grupo Escolar do 2º Distrito, posteriormente denominado Grupo Escolar Senador Azevedo, foi instalado no dia 10 de setembro de 1910, em um prédio também adaptado, conforme proferiu em seu discurso o diretor da instituição, Gustavo Kuhlmann, na inauguração do prédio próprio em 1915:

Inaugurado em 10 de setembro de 1910 este grupo escolar começou a funcionar num prédio que só por não haver outro melhor, prestou seus serviços embora deixando muito a desejar. [...] Estes inconvenientes de origem material estão agora quase completamente sanados com a inauguração deste ótimo edifício escolar (O DEBATE, 1915, p. 2-3).

Mesmo não possuindo a mesma suntuosidade do Palácio da Instrução, o prédio que abrigou o Grupo Escolar Senador Azeredo⁶ também se destacava entre as edificações que já existiam na região portuária da capital, onde estava localizado o grupo escolar.

Figura 2. Fachada do Grupo Escolar Senador Azevedo.



Fonte: Acervo do GEM – UFMT.

A Figura 2 é uma foto da fachada do prédio, na qual é possível identificar que o edifício dispõe de uma arquitetura mais simples, em comparação ao “Palácio da Instrução”. Logo na entrada possui um portão central, que sustenta um frontão ornamentado com balaústres e grandes janelas, de duas portas, simetricamente distribuídas ao longo da edificação.

Em seu interior havia um pátio que unia as salas de aulas e, apesar de ter apenas um portão, dentro do prédio os alunos eram separados em alas feminina e masculina (SÁ, 2007).

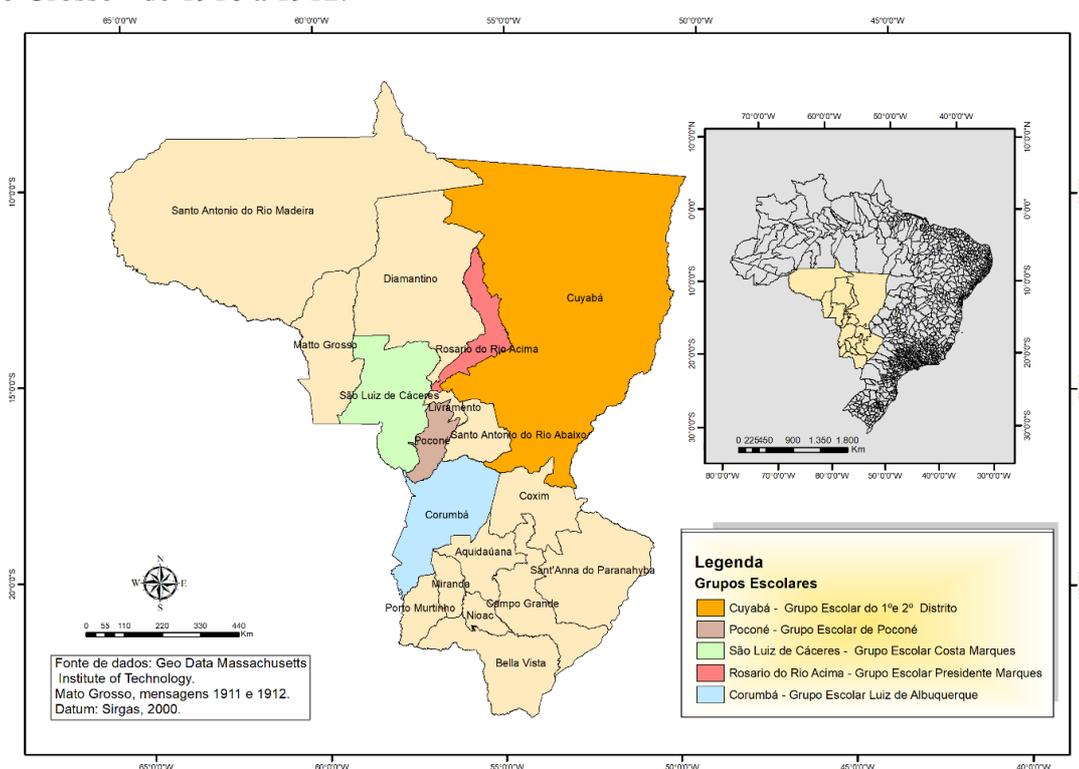
Em 1912, Joaquim Augusto da Costa Marques, então Presidente do Estado de Mato Grosso, enfatiza os “vantajosos resultados do ensino ministrado nos dous grupos escolares, creados esta capital” (MATO GROSSO, Mensagem, 1912, p. 25); além disso, informa a criação de outros por meio da Lei n.º 580, de 1911. Desta forma, seriam criadas nas cidades

⁶ Grupo Escolar do 2º Distrito de Cuiabá.

onde houvesse população escolar suficiente para uma instituição dessa natureza e, para dirigi-los, seriam contratados mais 4 normalistas do Estado de São Paulo.

As cidades contempladas com a instalação dos Grupos Escolares foram: Poconé, São Luiz de Cáceres, Villa do Rosário e Corumbá. Conforme o mapa abaixo, é possível ter uma noção da extensão territorial do Estado de Mato Grosso na primeira década do século XX e da localização das cidades onde foram instalados os grupos escolares até em 1912.

Mapa 1. Localização das cidades onde foram instalados os primeiros grupos escolares de Mato Grosso - de 1910 a 1912.



Fonte: Elaborado por Fernanda Ferreira da Silva Santos (2021).⁷

Observa-se no Mapa 1 que Mato Grosso possuía uma dimensão territorial diferente da que se apresenta na atualidade. Era um Estado considerado uno⁸ e somente seis cidades foram escolhidas para a implantação dos grupos escolares, sendo que as demais, se tivessem escolas, seriam na modalidade isoladas, sendo estas o principal meio de instrução para a maioria das crianças.

⁷ Geógrafa e Engenheira Ambiental. Mestre em Recursos Hídricos. Mapa elaborado com base no mapa de 1911 encontrado em Santos (2021) e com dados informados pela pesquisadora.

⁸ De acordo com Miranda (2016), Mato Grosso sofreu dois desmembramentos de terras: um em 1943, quando parte do território se integrou a Rondônia, e outro em 1977, quando o estado foi dividido em dois, o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul.

Em São Luiz de Cáceres, ficou definido como diretor do Grupo o normalista José Rizzo. Até que se construísse um prédio próprio, o presidente informa:

[...] mandei contractar por dous contos e quarenta mil réis annuaes e prazo de dous anos o arrendamento de uma das melhores casa ali existentes, bastante espaçosa, bem arejada e bem situada, com capacidade para trezentos alumnos pouco mais ou menos e que satisfaz os requisitos necessários e até que se possa mandar construir um predio para esse fim (MATO GROSSO, Mensagem, 1912, p. 26).

O Grupo de São Luiz de Cáceres ocupou uma casa alugada, a qual, na visão do Presidente, era arejada, espaçosa e estava dentro dos requisitos necessários para um grupo escolar, podendo atender até 300 alunos.

Assim, no dia 09 de março de 1912 foi instalado o grupo, que a princípio era chamado de Grupo Escolar Costa Marques, composto por três escolas: uma do sexo masculino, uma do sexo feminino e uma escola mista (SILVA, 2011). Em 1920 foi inaugurado um prédio próprio para funcionamento da instituição escolar, a qual em 1924 passou a ser denominada Grupo Escolar Esperidião Marques.

Figura 3. Fachada do Grupo Escolar de Cáceres.⁹



Fonte: Silva (2011, p. 104).

O prédio do Grupo Escolar Esperidião Marques, também construído em estilo Neoclássico, em um terreno de esquina, com duas frentes, possui, em uma delas, uma porta

⁹ O grupo foi batizado primeiramente com o nome Grupo Escolar Costa Marques e posteriormente com o nome de Grupo Escolar Esperidião Marques.

frontal com o Brasão da República, na extensão da construção em L possuía janelas em arco simetricamente posicionadas.

O Grupo Escolar de Villa do Rosário foi instalado no dia 1º de agosto de 1912, com 131 matrículas. O normalista designado, inicialmente, para dirigi-lo foi Francisco Azzi. Porém, por conta de problemas de saúde, foi substituído pelo bacharel Ulysses Cuyabano. No tocante ao espaço físico para o funcionamento da instituição, o Presidente escreveu:

Nesta villa, não havendo encontrado casa apropriada para alugar, julguei conveniente comprar, como de facto comprei, pela quantia de 30:000\$ pagável em duas prestações e que já foi paga, o melhor prédio ali existente [...] com ligeira modificação e limpeza, preencheria todas as condições exigidas para grupo escolar, podendo comportar até mais de 300 alumnos (MATO GROSSO, Mensagem, 1912, p. 26).

O Grupo Escolar de Vila do Rosário funcionou desde a sua instalação no mesmo prédio, porém precisou ser adaptado para preencher as condições necessárias exigidas para uma instituição como um grupo escolar.

Figura 4. Grupo Escolar de Vila do Rosário.



Fonte: Trip advisor (2014).

O Grupo Escolar de Vila do Rosário passou a se chamar Grupo Escolar Presidente Marques.¹⁰ Conforme Figura 4, o prédio possuía linhas simples, nota-se uma simetria entre as janelas e as portas, a porta principal carrega um brasão. Por ser uma foto atual, não é possível afirmar se houve, ou não, alterações na fachada do prédio em relação ao período deste estudo.

Para o Grupo Escolar de Corumbá foi designado o normalista Ernesto Sampaio, a princípio, exerceu o cargo de auxiliar do diretor da Escola Normal e da Escola Modelo (MATO GROSSO, Mensagem, 1912), até se efetivar com a instalação do Grupo em 1924, denominado de Grupo Escolar Luiz de Albuquerque.

O Grupo Escolar de Poconé, objeto desta pesquisa, foi instalado no dia 13 de maio de 1912, na casa do Barão de Poconé. Este não foi instalado em prédio próprio até os anos de 1940. Os detalhes sobre esse grupo serão expostos no terceiro capítulo.

1.3 O Regimento Interno dos Grupos Escolares de Mato Grosso

Passados seis anos da implantação, foi instaurado o Regimento Interno para os Grupos Escolares do Mato Grosso, organizado de acordo com o parágrafo 1º, do artigo 77, com o Regulamento da Instrução Pública e pelo Decreto n.º 258, de agosto de 1910, tendo em vista que os normalistas utilizavam em Mato Grosso o regimento aplicado no estado de sua origem.

As principais orientações estabelecidas nesse regimento referem-se à organização da classes, do ensino, do material escolar, do tempo e das funções escolares, das disciplinas e da higiene escolar nos grupos escolares.

Os três primeiros artigos do Regimento tratam das classes, orientando que a finalidade do grupo escolar é para o ensino preliminar com duração de quatro anos; em cada grupo escolar deverá ter oito classes, quatro para cada sexo; cada classe deverá ter entre 48 e 16 alunos, as sessões masculinas deverão ser regidas por um professor, exceto as duas primeiras classes (MATO GROSSO, Regimento, 1916).

Sobre o ensino ministrado no grupo escolar, foi determinado que as lições deveriam estar de acordo com o programa estabelecido, não podendo uma matéria se sobrepor a outras. Ademais, deveria ser mais prático do que teórico, de forma que os alunos desenvolvessem as habilidades de forma gradual e harmônica, empregando o método intuitivo. O ensino da música, os trabalhos manuais, a ginástica e exercícios militares ficou encarregado aos próprios professores (MATO GROSSO, Regimento, 1916).

¹⁰ Não foram encontrados estudos que pudessem contribuir com esta pesquisa.

No que tange ao material escolar, o artigo 6º do Regimento dispõe que a mobília deveria estar de acordo com o determinado pelo Diretor Geral da Instrução, obedecendo aos preceitos higiênicos estabelecidos na época. Determinou-se, também, que em cada classe deveria ter uma escrivaninha, uma cadeira para uso do professor e um relógio na parede (MATO GROSSO, Regimento, 1916).

A organização do tempo das funções escolares foi determinada nos artigos 21º ao 26º, ficando delimitado o ano letivo nos grupos escolares ente os dias 1º de fevereiro e 30 de novembro, das 12 horas às 17 horas, com intervalo de 30 a 40 minutos para o recreio, bem como as consequências caso algum aluno não respeitasse o estabelecido. Suspenderam-se as aulas nos domingos, nos feriados nacionais e estaduais, ou quando o governo determinasse, bem como durante o período de 1º de dezembro a 30 de janeiro. Determinou-se que as festas nacionais ou estaduais deveriam ser comemoradas senão no dia, na véspera da data, ou no último quarto de hora letivo com uma palestra alusiva à data feita pelo professor (MATO GROSSO, Regimento, 1916).

Escolano (2017) observa que a história cultural tem interesse pelos objetos, pois revelam a realidade do cotidiano de uma instituição escolar do passado e são fontes materiais que trazem indícios de um passado. No caso, a referida Lei indica, ou reforça, a mudança cultural através do posicionamento de objetos que até então não estavam presentes, mesmo que apenas na letra da Lei, no cotidiano escolar.

Silva e Petry (2012) destacam ainda que os artefatos escolares estabelecem uma relação com uma dada história. Assim, com o intermédio desses objetos, é possível entender e escrever sobre essa história.

Então, com o Regimento de 1916, alguns objetos inseridos no cotidiano escolar demarcam a modelação de uma nova cultura escolar inserida junto com a implantação desse novo sistema escolar pelo regime republicano. Ao inserir a escrivaninha e a cadeira para o professor nas salas de aulas, este passou a ter um lugar, um espaço próprio nas salas de aula. Outro objeto que merece análise é o relógio nas salas de aulas, na visão de Sá (2007), os relógios fazem parte da vida de uma sociedade moderna, organizando o tempo, regulando e disciplinando as atividades humanas em uma organização social, bem como o cotidiano escolar, pois “o relógio incorporado ao prédio escolar é um organizador da vida da infância, marcando as horas de entrada e saída, intervalos das aulas e recreios, enfim, de todos os momentos da instituição” (SÁ, 2007, p. 143).

Além disso, Sá (2007, p. 143) afirma que os relógios são incorporados nos grupos escolares para ritmar e disciplinar a vida das pessoas ajustando-as de acordo com os códigos

culturais indicados pelos relógios e calendários, sendo considerado um “organizador da vida da comunidade e também da vida da infância, marcando as horas de entrada e saída, de intervalos e de recreios, enfim de todos os momentos da vida da sociedade”.

Em consonância, Souza (1998b) relaciona o ato de comemoração das datas cívicas, junto com as atividades escolares, como um modo do Estado fazer da escola “um instrumento de lembranças e de memória histórica” (SOUZA, 1998b, p. 265) e uma forma de legitimar as concepções do Regime Republicano.

Desse modo, o Regimento Interno possibilita analisar a importância dada ao tempo e em seu melhor aproveitamento, disciplinando as crianças de acordo com os ponteiros do relógio, ou as datas do calendário, imprimindo também nos cidadãos o patriotismo diante das datas importantes para o estado e para a nação.

A Reforma da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso de 1910, impulsionada pelos movimentos sociais e econômicos que estavam acontecendo no Brasil, como vemos neste capítulo, trouxe mudanças na organização do ensino no estado, como a criação de grupos escolares nas principais cidades de Mato Grosso. Isto porque, na visão dos governantes, era um sistema de ensino moderno atrelado ao progresso que o país estava vivendo naquele momento.

Dentre esses municípios promissores estava Poconé, cidade que teve o início de seu povoamento nos anos de 1770 com a descoberta das minas de ouro nas terras dos índios Beripoconé e depois se manteve com a criação de gado no Pantanal, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II
POCONÉ: O MUNICÍPIO PANTANEIRO NOS ANOS DE 1910 E 1920

O município de Poconé está localizado no Pantanal mato-grossense, a 100 km em linha reta do município de Cuiabá, atual capital do Estado de Mato Grosso. Sua origem, nos anos de 1770, está vinculada à descoberta do ouro nas terras indígenas dos Beripoconés. No entanto, com o declínio aurífero, uma nova fonte econômica surge para suprir a primeira, a criação de gado, já que as condições climáticas associadas aos vastos campos de pastagens eram favoráveis a essa produção. No transcorrer da sua história, Poconé destacou-se como importante município no Estado na esfera econômica, com a produção de gado e na política mato-grossense, tendo como representantes os filhos poconeanos, como o Presidente de Estado Joaquim Augusto da Costa Marques, em 1911, ou os que estiveram presentes nas revoltas ocorridas em Mato Grosso.

Para melhor compreender a instalação do Grupo Escolar de Poconé, criado em 1912, e denominado “Caetano de Albuquerque”, em 1938, torna-se necessário caracterizar o contexto político, econômico, cultural e os saberes da população poconeana.

2.1 O Pantanal poconeano e o fluxo das águas e das religiosidades

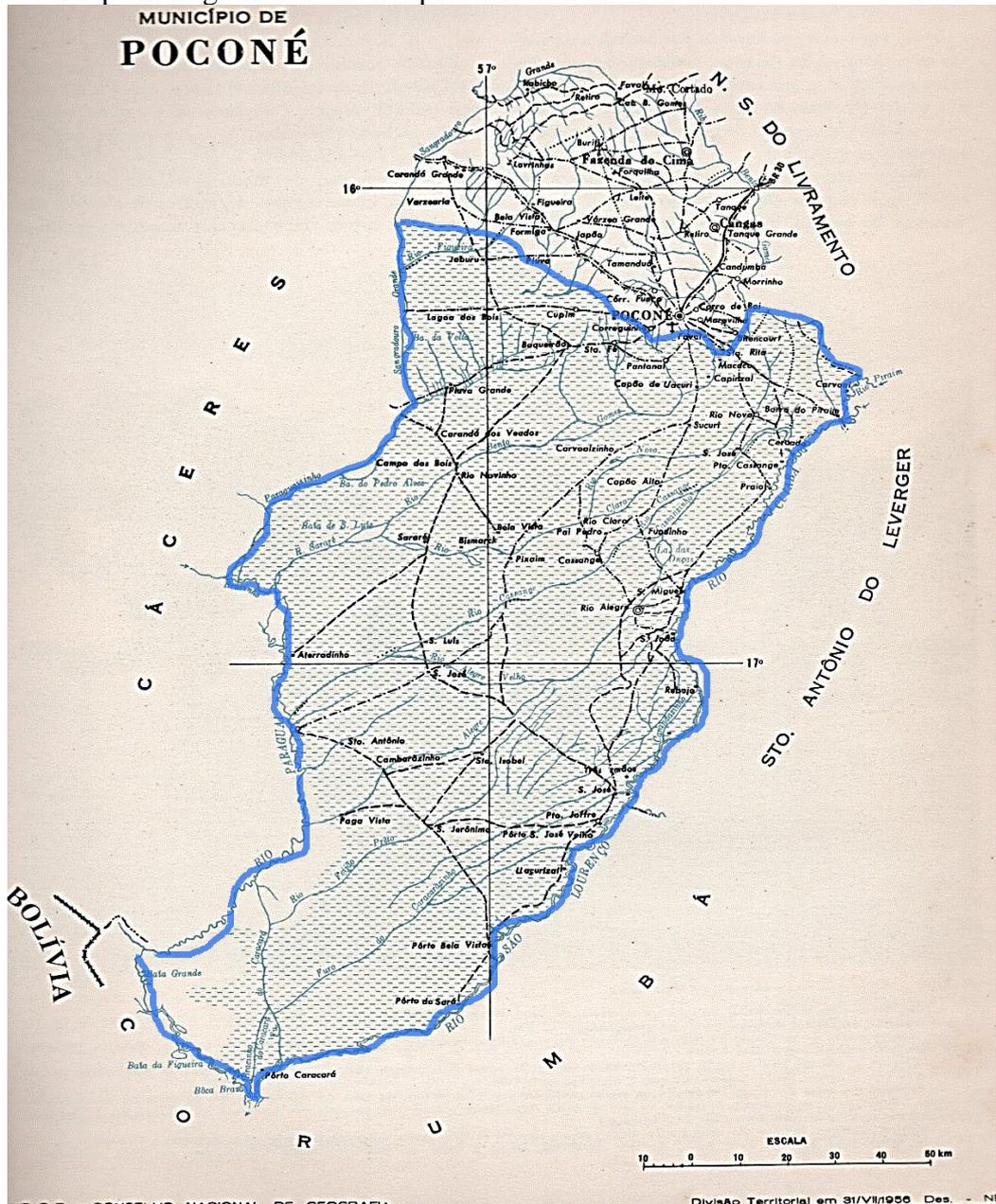
O município de Poconé possui um território heterogêneo, demarcado pelo Pantanal, planície alagada e pelas terras firmes, assim denominadas por não sofrerem as alagações dos terrenos. A área pantaneira “[...] é inundada em grandes extensões, na época das chuvas, quando apenas as ‘cordilheiras’ permanecem acima das cheias mais altas” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1957, p. 18).

Rondon (1981) destaca que 70% do território poconeano é reservado e revestido pelo Pantanal, conhecido atualmente como o Pantanal Norte. Essa grande porção alagável do município sofre constantes interferências das chuvas, assim como o município em sua totalidade. Com duas estações bem definidas, as águas e as cheias, esse movimento das águas pantaneiras interfere na organização do município e da própria sociabilidade da população, envolvendo e compondo os seus saberes.

Os outros 30% do território é composto pelos chapadões, considerada a parte de terra firme que não sofre com as alagações, como nas planícies alagáveis. Nas palavras de Rondon (1981, p. 22), firme poconeano seria “uma série de chapadas nas quais encontramos várzeas entre lombadas, partes de matas, de cerrado, de campos alguns morros, rios, ribeirões, córregos e umas lagoas”.

O mapa hidrográfico¹¹ abaixo possibilita visualizar a heterogeneidade do território poconeano e a extensão da planície pantaneira.

Figura 5. Mapa hidrográfico do município de Poconé.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1957).

¹¹ O mapa hidrográfico de Poconé foi retirado do livro "Enciclopédia dos Municípios brasileiros", de 1957. Não se localizou um mapa mais próximo da temporalidade delimitada para esta investigação (1910 a 1920). No entanto, vale destacar que nas pesquisas realizadas não se observaram distorções de limites territoriais do município, razão pela qual se optou em apresentar este mapa para melhor compreensão da dimensão da planície pantaneira e da sua interferência nas manifestações cotidianas do município.

O mapa hidrográfico evidencia a grande extensão da planície pantaneira, destacada em azul, no município de Poconé. Pensar nessa planície, nas suas características e nos seus movimentos – seca e cheia – é pensar também na influência dela sobre a fabricação cotidiana, nos dizeres de Certeau (2004), dos fazeres da população e das próprias características que envolvem o município como um todo. A parte superior do mapa indica mais fortemente a parte não alagadiça do município e que certamente apresentava outras formas de composição, de organização e modos de viver da população poconeana. O mapa ainda destaca os limites intermunicipais com Corumbá, Santo Antônio do Leverger, Cáceres e Nossa Senhora do Livramento.

Além da divisão apresentada acima acerca do município de Poconé, vale destacar outras particularidades do seu território. Constituem os saberes da população poconeana a própria subdivisão do pantanal de Poconé em três sub-regiões, a saber: “o *Pantanal alto*, próximo às bordas da planície; o *Pantanal do meio*; e o *Pantanal baixo*, nas regiões mais próximas dos rios Paraguai e Cuiabá” (CAMPOS FILHO, 2002, p. 76, grifos do autor). É nessa diversidade que vive, conforma e se constitui o homem pantaneiro.

Nesse imenso pantanal, de ruralidades distintas, o homem pantaneiro firmou sua atividade econômica com a criação de gado e de cavalos na extensa zona de pastagens do pantanal, em substituição às minas de ouro do passado. Nessa nova atividade, a natureza ficou responsável por ditar as principais normas de convivência do homem pantaneiro, este habituado ao movimento natural das duas estações do ano bem definidas no pantanal, a seca e as águas (ASSIS E SILVA, 2018, p. 85).

Envolto por representações distintas e singulares, que oscilam entre a romantização da natureza pantaneira e as dificuldades inerentes ao viver e sobreviver nessa região, o Pantanal poconeano se configura como um universo múltiplo: de vida, morte e renovação. O ciclo das águas sempre traz a renovação da vida pantaneira.

Pensar o Pantanal é sempre pensar um universo. Múltiplo. Águas, terras, vegetações, animais, gente. Pantanaís, ecossistemas, vidas. Embora esta variedade seja sempre citada, e até mesmo reconhecida, a palavra Pantanal evoca, parece-me, a idéia, a noção central de água. Sem hierarquizar, talvez a água seja o elemento mais definidor e sintetizador da idéia e da imagem-Pantanal. É por seus fluxos, cheia/vazante, que muito do que se constitui espacialmente se define, ou talvez, se indefine. O Pantanal seco – no período de seca – é um, uma geografia, um espaço. O Pantanal da cheia é outro. Sem deixar de ser sempre o mesmo. Neste ritmo, as vidas, todas as suas formas organizam-se, reorganizam-se, proliferam-se, seguem os movimentos (LEITE, 2001, p. 379).

Para Leite (2001), o Pantanal é um universo múltiplo, já que as suas estações – seca e enchente – apresentam diferenças marcantes, vivenciadas em um mesmo lugar geográfico,

com tempos, cenários e vidas diferentes. Nessa composição, os seus atores – humanos, animais e vegetação – dançam e se organizam de acordo com o ritmo orquestrado pelo fluxo das águas. Assis e Silva (2018, p. 85) complementam que “a vida pantaneira nunca é a mesma; as águas levam e trazem movimentos pantaneiros”.

Sobre as impressões do Pantanal, o Cônego Jacomo Vicenzi,¹² em visita ao estado em 1918, esteve no Pantanal e surpreendeu-se ao perceber que o que entendia sobre Pantanal não condizia com o Pantanal ao qual ele estava sendo apresentado: “É uma imensa planície, nivelada, por assim dizer. Sua vegetação dominante é uma especie de capim, de metro de alto. Em certos logares, o solo é coberto de gramma ou herva rasteira e de pequenos arbustos avaramente disseminados. A agua límpida cobre, aqui e acolá a superfície” (VICENZI, 2018, p. 202-203). Segundo ele, em Mato Grosso, o Pantanal não tinha água suja, lama, atoleiros ou algo que pudesse causar danos.

Outra experiência que o Cônego relata foi a travessia a cavalo no que ele acreditava de início ser o leito de um rio: “As aguas erão turvas e não lhes víamos o fundo. Os cavalos experimentados em taes anomalias, tenteavam cautelosamente onde pisavam, mergulhando de vez em quando, até a barriga, e, ás vezes, mais ainda” (VICENZI, 2018, p. 203). Ele se refere aos caminhos terrestres que, durante o período das chuvas, ficam submersos pelas águas ao ponto de molhar a barriga do animal, ou até mesmo precisando que o cavalo nade.

Todavia, se, por um lado, há a representação da beleza da natureza, por outro o Cônego também descreve a rusticidade da viagem e as suas dificuldades:

Mas o cavalleiro que, pela primeira vez, atravessa emudecido aquellas solidões silenciosas, sente, mais do que nunca, borbulharem, em derredor de si, mil e mil creaturas que o arrebataem e o extasiam. São, na verdade, innumeraveis os seres que o rodeiam e acompanham, por toda parte. A humilde relva, os arbustos, a arvore gigantesca, os regatos e os rios, o canto dos pássaros, o longínquo uivar das feras, os mattos que atravessa, os morros, erguendo-se para o céo, em formas ora adelgaçadas, ora apresentando sua carantonha exótica e sinistra: tudo isto arrasta o espectador, povoa-lhe a imaginação de quadros vivos e estupefacientes, como si o perpassar de uma fita cinemetographica o transportasse para terras, maravilhosas e desconhecidas (VICENZI, 2018, p. 194).

É importante entender e familiarizar-se com as particularidades dessa região alagadiça, pois foi nesse cenário que se desenvolveu o cotidiano da população pantaneira, a

¹² O Cônego Jacomo Vicenzi escreveu uma obra de impressões o sobre o estado em 1918, a qual deveria fazer parte das comemorações do bicentenário da fundação de Cuiabá. Borges (2010) afirma que por trás dessa obra havia interesses que favoreciam aos conterrâneos do escritor, pois desqualificava os moradores da região e evidenciava as potencialidades locais.

qual, após a decadência da produção do ouro, teve como alternativa econômica a criação de animais no vasto território do Pantanal.

É nesse movimento ambíguo, de polos adversos, que se constitui o Pantanal poconeano. É nesse movimento de seca e de águas, de inundações que se consolidou o modo de viver da população poconeana. O ciclo das águas influenciou a dinâmica de organização e de funcionamento da cidade.

Além das águas do Pantanal que determinavam os afazeres e o cotidiano da população, a sociedade poconeana também se organizava de acordo com o calendário das festas dos santos, principalmente São Benedito e Espírito Santo.

Vestígios documentais comprovam a existência das festividades em devoção à São Benedito, na segunda metade do século XIX, através de um Compromisso da Irmandade de São Benedito, firmado em 1868, com 32 artigos, entre membros da sociedade local (SILVA, 2014).

O primeiro capítulo do Compromisso informa quem são as pessoas que farão parte da irmandade:

Capítulo 1º

Artigo 1º. A Irmandade do Glorioso São Benedito desta cidade, se comporá de pessoas de ambos os sexos, de boa conducta e moral, que tenham posses de satisfazer as ordens da mesma, dêem honra a Deus Nosso Senhor e a Jesus Nosso Pai mostrando como exemplo a seus semelhantes o exercício da virtude e boas obras. [...]

Artigo 6º. A festa do reinado do Glorioso São Benedito, será feita no primeiro domingo depois da Paschoa da Ressureição de Nosso Senhor Jesus Christo, para o que se reunirá a Mesa dos mezes antes desse dia para tratar da mesma festa, e marcará a dispesa; a qual o Thesoureiro e não excedera sem autorização, fazendo-se ella de conformidade com o artigo 29 (MATO GROSSO, 1868 *apud* SILVA, 2014, p. 99).

A Irmandade do Glorioso São Benedito, conforme o documento acima, exigia que seus componentes possuíssem posses e que tivessem, na visão deles, uma boa conduta moral, excluindo, então, as pessoas com menor poder econômico. Além disso, o documento estipulava a data da festa em conformidade com a páscoa, bem como indicava que a reunião para elaboração da festa deveria ocorrer meses antes.

A poetisa Ângela Beatriz escreve em versos os atos da festa em honra à São Benedito:

Viva São Benedito!
Explodem as girândoldas, os rojões
Há gritos de festa, euforia!
Há lágrimas no céu, com fogos de alegria,
Há lágrimas nos olhos com os estouros das emoções
Começa a novena; ato de amor,

Segue a esmola, sacrifício e doação.
 Tudo isso é nada diante da fé e coragem
 De alguém que se ajoelha agarrando a bandeira e a imagem
 Num momento em que todos se sentem tocar o coração
 O chá das manhãs onde todos são iguais
 As retretas com os animados rasqueados
 Bolo de arroz, de queijo, sempre servidos,
 Licor de leite, pequi para ficarem mais divertidos
 É encontro de amigos, sentimentos irmanados
 A Cavalhada¹³; espetáculo indescritível
 Iluminação; artesanato de raríssima beleza!
 Leilão de prendas onde o valor é sentimental
 Nessa festa tudo é espontâneo, caloroso, natural,
 Formando sempre um cenário de maior riqueza
 Missa e procissão: fé e esperança.
 Ó São Benedito interceda a Deus por nós!
 Para que a nossa vida seja transformada,
 Que sejamos dóceis como o cravo, rosas perfumadas
 Puros, mansos e humildes como Vós (CAMPOS, 2006, p. 39).

O poema descreve os atos vivenciados pelos poconeanos e participantes nas vésperas e durante a Festa de São Benedito, as novenas, as esmolos, os encontros nos chás e retretas, a emoção e a felicidade vividos pelos devotos. Momento que as crianças, possivelmente, deixam de frequentar as aulas para junto das famílias participarem desse evento tradicional, como foi relatado por Waldomiro de Campos, diretor do Grupo Escolar, em 1916.

Um dos atos mais aguardados era a Cavalhada, uma encenação¹⁴ realizada no lajeado em frente à Igreja da Matriz, onde entravam em cena cavaleiros, cavalos, pajens e a rainha ricamente adornados, a disputa era travada entre 12 cavaleiros cristãos e 12 mouros. A batalha era ritmada pelo repique da caixa¹⁵ que dava o compasso para o trote dos cavalos

No campo de batalha, representado no cenário, os cavaleiros e seus respectivos cavalos, ricamente adornados com fitas e plumas, desfilavam para a população nos camarotes de dois andares, também com faixas e adornos, armados na frente das casas. Em 1912, de acordo com o publicado no Jornal de Poconé, a Cavalhada fazia parte das festividades do Divino Espírito Santo:

O Festeiro do Divino Espírito Santo vem prevenir aos Senhores cavalleiros e ao publico em geral, que por incommodo de saude de sua esposa, resolveu adiar as corridas de cavalhada dos dias 21 e 22 que estavam designados, para 28 e 29 do

¹³ A Cavalhada foi implantada em Mato Grosso, em 1769, em comemoração à chegada de Luiz Pinto de Souza Coutinho, Capitão e 3º Governador da Capital de Mato Grosso. A cavalhada foi inserida na tradição histórica como um ato de louvação aos santos padroeiros (CAMPOS, 2006).

¹⁴ A Cavalhada de Poconé se baseia nos torneios medievais ocorridos na Espanha, Portugal e França (CAMPOS, 2006).

¹⁵ Caixa é um instrumento de percussão que reproduz o som do trote do cavalo, sua função é dar ritmo aos cavalos na Cavalhada (ASSIS E SILVA, 2018).

corrente, ficando também alterada a entrada dos cavaleiros na praça, para as horas do costume, das 11 ao meio dia, conforme a antiga praxe (JORNAL DE POCONÉ, 1912, p. 4).

Em Poconé, de acordo com a pesquisa realizada por Silva Pinto (2006), foram identificadas doze festas tradicionais no calendário oficial da cidade. Esse número, todavia, não engloba as festas feitas no interior das famílias, que geralmente tem o início a partir de uma promessa feita ao santo de devoção e passa a ser cultuado como tradição na família.

O fluxo das águas no Pantanal interferia nas festas de Santos em Poconé, como afirma Silva Pinto (2006), pois é na época da cheia que os fazendeiros se reúnem na cidade. “O tempo da festa cria uma organização social diferenciada na qual as pessoas devotas ao santo passam a viver um período de maior aproximação e cooperação em torno da realização das festas” (SILVA PINTO, 2006, p. 25).

Campos Filho (2002) reforça que as festas do Divino e de São Benedito marcavam o fim da fase urbana dos fazendeiros e das suas famílias, assim como o retorno para o Pantanal antes do início das cheias, período em que a cidade voltava a ficar quase vazia.

2.2 Poconé: a cidade pantaneira na década de 1910

No primeiro capítulo, destacou-se a dimensão territorial do estado de Mato Grosso, a qual dificultava a administração pública do estado. Nas mensagens Presidenciais, eram recorrentes as reclamações para administrar um estado que possuía uma ampla extensão territorial com uma população dispersa, associada a isso ainda se tinham as dificuldades de comunicação entre as cidades. Na ótica dos Presidentes, era necessário modernizar o estado. No período em questão as cidades eram pequenas, singelas e de pouca estrutura.

Não destoando das muitas cidades mato-grossenses, a cidade de Poconé também era pequena, simples e de poucas estruturas. O Cônego Vicenzi (2018), no livro *Paraíso Verde: impressões de uma viagem a Matto Grosso*, assim descreve a cidade: simples, com poucas e estreitas ruas e com pouco movimento. Acrescenta:

Passado o Cemitério, tomamos uma rua meio arqueada, de casas pequenas e que fora calçada, in illo tempore, pelas próprias mãos do Creador. A duríssima pedra canga forma, com effeito, a base de todo o solo. A rua é regularmente comprida e depois de uma subida, desembocca-se inesperadamente na mencionada praça oblonga, tendo-se, logo á direita, a cadeia fechada e quase arruinada. A matriz fica la no fundo da praça, a qual pode ter uns duzentos metros de comprido e cem de largura aproximadamente. Este é o coração da cidade (VICENZI, 2018, p. 206).

De acordo com as descrições do Cônego, Poconé possuía casas pequenas, o solo era de pedra canga, o coração da cidade era composto pela praça, pela igreja da matriz e ainda pelo prédio da cadeia em ruínas. Ele segue dizendo que as casas eram térreas e tinha também algumas mais vistosas e que ficou surpreso ao encontrar outras ruas cheias de casas, mesmo considerando a cidade como: “uma cidade morta, inteiramente isolada do mundo” (VICENZI, 2018, p. 206).

A imagem abaixo está no livro do Cônego e se refere ao largo central da cidade de Poconé.

Figura 6. Vista da Praça da Matriz de Poconé, 1918.



Fonte: Vicenzi (2018, p. 206).

Essa é a imagem do largo da matriz que o Cônego descreveu, apesar de não ser nítida, percebe-se a dimensão do centro da cidade de Poconé naquele tempo: uma grande área em uma superfície plana e lajeada, a igreja da Matriz ao fundo,¹⁶ com apenas uma torre, algumas casas com grandes portas e janelas, aparentemente de alvenaria.

¹⁶ A igreja foi construída em 1795, com paredes de um metro de espessura, de adobe e taipa de pilão, possuía as janelas de esquadrias altas e estreitas medindo mais de oito metros de altura; em 1864 ela passou por uma ampliação e, em 1943, passou por outra reestruturação onde foram acrescentadas uma torre e uma sacada interna para o coral (ASSIS E SILVA, 2018).

Se por um lado Poconé tinha aspectos da simplicidade, como apontado pelo Cônego, por outro, já possuía alguns elementos em sua estrutura física que simbolizavam a modernização.

Segundo Ayala e Simon (1914),¹⁷ embora pequeno, com uma população de 4.000 a 5.000 habitantes, o município possuía instituições de grande importância que estavam atreladas à modernização, como pode-se observar no quadro abaixo:

Quadro 5. Estrutura física da cidade de Poconé.

Ordem	Estrutura física da cidade	Quantidade
01	Grupo Escolar	01
02	Escola Isolada	02
03	Agência de Correio	01
04	Estação telegráfica	01
05	Jornal de publicação semanal – Jornal de Poconé	01

Fonte: Ayala e Simon (1914, p. 360).

Com a ressalva de que o Álbum Gráfico de 1914 foi elaborado com fins de divulgação do estado de Mato Grosso, o quadro anterior aponta que a cidade de Poconé tinha alguns aparatos que simbolizavam a modernidade para o período. Observa-se a presença de escolas isoladas e um Grupo Escolar, este último grande símbolo da modernização da Instrução pública nacional e do estado (AMÂNCIO, 2008; SÁ, 2007). Além das escolas, o município possuía um jornal semanal, com o nome Jornal de Poconé, que reportava aos principais acontecimentos da cidade e da redondeza.

O município contava com os serviços de uma agência de correio e uma estação telegráfica, indicando que não se encontrava isolado, sem comunicação. A imagem abaixo refere-se à Estação telegráfica.

¹⁷ O Álbum Gráfico é uma obra de caráter propagandístico, com a função de retratar o desenvolvimento econômico, as riquezas naturais, bem como o potencial produtivo presentes e oferecidos pelo Estado naquela época (FRANCO, 2014).

Figura 7. Estação Telegráfica de Poconé.



Fonte: Ayala e Simon (1914, p. 195).

A construção da agência é de aspecto simples, mas em alvenaria. Um prédio de esquina com um poste de iluminação pública,¹⁸ denotando interesse dos membros públicos no cuidado com o cidade. Mesmo a imagem não sendo nítida, revela que já havia calçadas junto aos prédios, sinalizando princípios de urbanismo.

Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado nascido em Poconé, descreve a cidade apontando que

[...] apesar das dificuldades com que tem luctado e a da falta de melhores meios de transporte, tem passado por melhoramentos bem visíveis. As ruas e praças e bem assim as casas particulares estão bem cuidadas e proporcionam ao visitante agradável impressão e muito melhor do que há seis annos atrás, quando lá estive. Notam-se umas quantas casas novas e outras em construção e as ruas e praças estão regularmente iluminadas. Pelos arredores veem-se diversas chácaras novas e convenientemente plantadas. Tudo denota o augmento progressivo da sua população e o maior interesse tomado pelas auctoridas locais pelo progresso da cidade e bem estar dos seus habitantes (MATO GROSSO, Mensagens, 1915, p. 62-63).

¹⁸ Assis e Silva (2018) destaca, em sua tese de doutorado, que até o ano de 1940 a iluminação pública utilizada em Poconé ainda era a base de querosene, esse serviço era feito por um funcionário da prefeitura que ia nos pontos, um a um, colocar querosene no final da tarde e repetia a operação na manhã seguinte para apagar os que ainda estavam acessos.

Em sua declaração, Costa Marques assinalou todos os indícios de modernidade em sua terra natal. Ao apontar as casas particulares em construção, demonstrou que a cidade estava em movimento e crescimento.

Ainda no aspecto da modernização do município, a Câmara Municipal implantou o Código de Postura Municipal, documento que estabelecia com 102 artigos as normas para o convívio no município. O Código perpassou por várias estâncias, como: Limites urbanos e o aforamento dos terrenos municipais; Edificações de casas, muros, passeios; Comodidade, segurança e tranquilidade dos habitantes, moralidade e respeito; Salubridade pública; Carros de frete, animais de carga e montaria; Matadouro, açougue e venda de gêneros alimentícios e Aferição mascate e casas de negócios (POCONÉ, Código de Posturas, 1915b).

O Código de Postura tinha como propósito remodelar a cidade e educar a população para novos hábitos, os quais, conforme Chartier (1990, p. 17), “tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, pra os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas”, por meio de estratégias e práticas. Porém, nem todas as determinações foram acatadas pela população. A exemplo, Assis e Silva (2018) destaca que, no período de 1930 a 1945, mesmo sendo proibido o trânsito de animais pelas ruas da cidade, era comum a presença de animais seja para puxar carroças, charretes ou carros de boi, seja solto ou ainda com alguém usando como montaria, pois fazia parte do universo cultural da população pantaneira.

Assim, o município de Poconé e a cidade transitam entre a simplicidade, o rústico e a simbologia da modernização, entre o destaque político e econômico no cenário estadual e as dificuldades financeiras vividas pelo município que subsistia da criação do gado pantaneiro.

2.3 A política poconeana: a presença do coronelismo

O título de coronel surgiu durante o império, como explica Siqueira (2009). Apesar de ser equivalente ao título do exército, eram coronéis civis da Guarda Nacional e tinham um poder paramilitar, pois, além do poder político e econômico, esses possuíam um exército particular, com homens armados que obedeciam aos comandos dos coronéis.

Os coronéis em Mato Grosso eram homens ricos e proprietários de terras que possuíam grande influência política, “[...] ele fazia às vezes de empregador, protetor da família, compadre, festeiro, juiz, enfim, o grande cacique político a quem todos respeitavam” (SIQUEIRA, 2009, p. 40). Por conta dessa influência junto à comunidade, conseguiam um

grande número de votos, fato muito explorado durante o período eleitoral, pois, para não sofrerem perseguições, votavam no candidato do coronel (OLIVEIRA, 2019).

Então, o coronel é

[...] é o chefe político local por ser proprietário de terras, ou seja, um latifundiário. Neste sentido, estão a ele tutelados clientes, funcionários, agregados rurais e outros, que invariavelmente votam com ele. Seu poder político consiste, portanto, em utilizar-se de seu prestígio (afinal é ele quem provê as necessidades imediatas dessa população no município) e mandou para manipular o eleitorado em troca da complacência do Estado (OLIVEIRA, 2019 *apud* LEAL, 1993, p. 53-54).

O coronelismo é o sistema em que impera a barganha de interesses entre os coronéis e o governo. De um lado, os coronéis recebem favores do governo, como cargos públicos e outros privilégios; de outro lado está o governo que recebe o apoio dos coronéis para a manutenção da ordem e também com os votos da população liderada pelos coronéis (OLIVEIRA, 2019).

Siqueira (2009) afirma que o poder político estava concentrado em algumas famílias, as quais, por vezes, se uniam em dupla contra uma terceira família; outras mudavam e as famílias que eram aliadas mudam de posição, unindo-se ao antigos adversários, em desfavor dos antigos aliados. Assim, os anos iniciais da República no Estado de Mato Grosso foram marcados pela instabilidade política, com constantes conflitos e trocas excessivas de governadores, impedindo que fosse consolidado no Estado um plano de governo que tivesse continuidade. Costa (2013) argumenta que os líderes em Mato Grosso não tinham preparo para a conduta do novo regime, gerando os conflitos e disputas vividas nas primeiras décadas do período republicano no Estado. Desta feita, o governo federal intervia excessivamente nos conflitos, de maneira parcial a favor de algum grupo.

A década de 1910 foi para Mato Grosso um período de muitas mudanças, a começar no cenário político, no qual, com a morte de Generoso Ponce e de Joaquim Murtinho, importantes líderes na política mato-grossense, em 1911, novos atores ganharam projeção: Pedro Celestino Correa da Costa, Caetano Manoel de Faria e Albuquerque e Joaquim Augusto da Costa Marques, na esfera estadual, e Antônio Azeredo, na nacional (FRANCO, 2014).

A mudança é notada também no cenário econômico, como sustenta Franco (2014), devido à fase de desenvolvimento econômico atrelado à construção das ferrovias e ao investimento do capital estrangeiro. Além disso, notou-se que o cenário político e econômico estadual ganhou mais estabilidade desde o início do regime republicano. Para o autor, após a

fase mais turbulenta dessa década com a destituição do poder do Presidente do Estado, Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, no conflito denominado Caetanada,¹⁹ em 1916, foi possível observar com mais clareza que “as práticas políticas [...] tornam-se, efetivamente, rotinizadas” (FRANCO, 2014, p. 180).

O quadro abaixo mostra quem foram os governantes de Mato Grosso, de 1908 a 1922, e o tempo que estiveram no poder.

Quadro 6. Presidentes do Estado de 1908 a 1922.

N.º	Presidentes do Estado	Período	Duração
01	Pedro Celestino Correa da Costa	out. 1908 - ago. 1911	2 anos e 10 meses
02	Joaquim Augusto da Costa Marques	ago. 1911 - ago. 1915	4 anos
03	Caetano Manoel de Faria e Albuquerque	ago. 1915 - fev. 1917	1 ano e 6 meses
04	Camilo Soares de Moura	fev. 1917 - ago. 1917	6 meses
05	Cipriano da Costa Ferreira	ago. 1917 - out. 1917	2 meses
06	Camilo Soares de Moura	out. 1917 - jan. 1918	3 meses
07	Dom Francisco de Aquino Correa	jan. 1918 - jan. 1922	4 anos

Fonte: elaborado pela autora com base em Siqueira (2002).

Embora Franco (2014) afirme que houve um início de estabilidade política no estado, não é possível relacionar com o quadro de Presidentes de Estados que estiveram no poder no período pesquisado, um total de 7 governantes em 13 anos.

Em Poconé, diferentemente dos governantes estaduais, percebe-se que havia uma certa regularidade na permanência de cada gestor municipal. Isto porque, em 15 anos, a cidade passou por 6 gestores, ou Intendentes municipais, conforme o quadro 7:

¹⁹ Movimento armado ocorrido em 1916 quando o recém-eleito Presidente do Estado, Caetano de Manoel de Faria Albuquerque, se posicionou contra os interesses da bancada política que o elegeu. O motivo central da ruptura política foi a disputa por terras, a Cia Mate Laranjeira pleiteava o arrendamento de 450 hectares de terras e constituir uma força policial própria por 22 anos. Os antigos aliados, sentindo-se traídos pelo presidente, deram início ao movimento armado. Necessitando intervenção federal, assumiu o cargo o Bispo de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Correa, na tentativa de instaurar a paz entre os grupos oponentes (SIQUEIRA, 2009). O conflito foi tão truculento que afetou até mesmo o funcionamento do grupo escolar em Poconé, pois a população da cidade fugiu em massa para outras cidades, “[...] que se poderia contar por unidades os homens que aqui ficaram e apenas por uma ou duas dezenas, as famílias que por sua vez permaneceram” (MATO GROSSO, Relatório, 1916, s/p.).

Quadro 7. Intendentes de Poconé (de 1909 a 1924).

N.º	Intendentes	Período	Duração
01	Luiz Lemes do Nascimento	06/01/1909 08/01/1912	3 anos e 2 dias
02	Leonídio de Paula Corrêa	08/01/1912 13/01/1915	3 anos e 5 dias
03	Manoel Francisco Paes	13/01/1915 05/01/1918	2 anos, 11 meses e 21 dias
04	Manoel Martins de Almeida	05/01/1918 01/01/1921	2 anos, 11 meses e 21 dias
05	Joaquim Aníbal de Arruda	01/01/1921 02/01/1921	1 dia
06	Joaquim Carlos Tortoreli	02/01/1921 01/01/1924	2 anos, 11 meses e 21 dias

Fonte: Câmara Municipal de Poconé.

A regularidade na gestão municipal, apontada no quadro acima, permite inferir que em Poconé havia estabilidade na gestão dos intendentes municipais, comandada pelos seus coronéis locais, incluindo a família Costa Marques, que assumiu a presidência do estado no período de 1911 a 1915.

Joaquim Augusto da Costa Marques era filho do Tenente Coronel da Guarda Nacional, Salvador da Costa Marques, fazendeiro próspero da região e importante chefe político do antigo regime, e de dona Augusta Nunes Rondon Marques, filha de fazendeiros e neta do Barão de Poconé.

Em Poconé, a família Costa Marques era proprietária de fazendas e tinha muita influência política tendo em vista que deixou registrada a simbologia do seu poder local nas ruas com o nome de seus familiares. De acordo com a sessão de um jornal, “em Poconé [...] a quadra é dos CM²⁰ e de seus parentes” (O MATTO GROSSO, 1913). Reafirmou-se, desta forma, o poder e a representatividade que essa família possuía em Poconé, sendo proprietária de vários imóveis no município.

²⁰ Sigla para Costa Marques.

Figura 8. Joaquim Augusto da Costa Marques.



Fonte: Campos (2016, p. 111).

O chefe político formou-se pela Faculdade de Direito em São Paulo, iniciou sua vida política em 1898 quando foi deputado estadual por duas vezes (1898-1900 e 1900-1902). Em 1906 foi eleito deputado federal, assumindo o mandato na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, reeleito em 1909. A partir de 1911, quando assumiu a Presidência do Estado, Costa Marques ganhou maior projeção política, sendo o primeiro governante republicano a cumprir integralmente o mandato sem interrupções (FANAIA, s/d.).

Em sua gestão no governo do Estado, Costa Marques criou a Secretaria de Interior, Justiça e Fazenda e a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação; Obras Públicas do Estado, criou novos grupos escolares no interior do estado, inclusive em sua terra natal, sendo que até então apenas a capital do estado possuía um instituição escolar dessa grandeza, conforme será analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III
GRUPO ESCOLAR DE POCONÉ: INSTALAÇÃO E CULTURA
ESCOLAR

Entre sorrisos brancos e gorjeios de aves – sorrisos que nascem da alma, gorjeios que enchem o céu – desabrochou em Poconé o dia 13 de maio de 1912. [...] E o povo, o nosso amado povo confiante e bom, fremia de júbilo, palpitava de entusiasmo (JORNAL DE POCONÉ, 1912, p. 1).

Foram essas as palavras utilizadas pelo Jornal de Poconé para expressar a felicidade e o entusiasmo dos munícipes com a instalação do grupo escolar na cidade natal de Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do estado. Ainda no mesmo jornal o articulista exalta o novo estabelecimento de ensino, símbolo de modernização: “não resta a menor dúvida que este acontecimento marca, no nosso meio, uma nova era de prosperidades, e que estas se acentuarão com o correr dos anos e de vida do grande Estabelecimento de educação moderna” (JORNAL DE POCONÉ, 1912, p. 1).

Essa nova modalidade de ensino, carregada de simbologias de progresso e de modernidade, chegou em uma cidade do interior, que ainda tinha aspectos que cambiavam entre o urbano e o rural, onde os animais ainda circulavam pelas ruas de chão batido. Município que tinha a sua sociedade organizada de acordo com ritmo das águas, no período da seca permanecia na cidade e, no período chuvoso, seguia para as fazendas no Pantanal, deixando a cidade quase vazia.

Este capítulo pretende perceber a cultura escolar do Grupo Escolar de Poconé. Assim, analisar-se-á como as normas foram apropriadas em seu cotidiano e, para tanto, parte-se do princípio que, segundo Juliá (2001, p. 10, grifo do autor), a cultura escolar se constitui em “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

3.1 A organização administrativa do Grupo Escolar de Poconé (1912-1922)

A organização do Grupo Escolar iniciou com a contratação de normalistas paulistas para a sua condução e orientação pedagógica. Conforme Regulamento da Instrução Pública de 1910, “o cargo de Diretor de grupo escolar é de simples comissão, podendo para ele ser nomeado pelo Governo do Estado: em primeiro lugar, um normalista; em segundo, um bacharel em ciências e letras; e, em terceiro, qualquer cidadão de provada competência e aptidão” (MATO GROSSO, Regulamento, 1910, art. 48).

Com tal incumbência, João Bryenne²¹ de Camargo assumiu o Grupo Escolar de Poconé. No entanto, não permaneceu por muito tempo na função²² solicitando retorno à sua cidade de origem. O fim do contrato foi publicado no jornal *Correio Paulista*:

De Cuyabá, recebeu hontem o sr. Dr. Altino Arantes, secretário do Interior, o seguinte telegrama:

‘Cabe-me comunicar a v. exc. Que o normalista João Brienne Carmargo, contractado nesse Estado, para servir a instrução neste, foi dispensado, a seu pedido, a 4 de abril findo.

Fazendo esta comunicação, cumpro o dever de agradecer ao governo desse Estado, na vossa pessoa, o valioso auxilio prestado em bem do desenvolvimento de Mato Grosso.

Cordiais saudações – (a) Ferreira Mendes, secretario do Interior’ (CORREIO, PAULISTA, 1914, p. 1).

Em Mato Grosso, a sua saída da direção do Grupo Escolar de Poconé foi noticiada pelo Jornal *O Debate*:

No Grupo Escolar onde exerce o cargo de Director, tem empregado a sua grande atividade sempre em proveito do soerguimento intelectual e moral dos seus discípulos.

Quase de partida para São Paulo, sua terra natal de que nos fala com tanto carinho, fez a entrega de quinhentos mil réis à comissão encarregada da iluminação pública da nossa cidade, provando deste modo ser um verdadeiro amante do progresso da nossa terra.

Por tantos títulos que o recomendam ao povo poconeano, lamentamos a formação dessa lacuna que em breve terá logar em nosso meio com a partida para São Paulo, partida esta de que desejamos desistisse para continuar ao nosso lado nesse apostolado que é sagração do seu nome (O DEBATE, 1913, p. 2).

Não se sabe ao certo o motivo que o fez retornar de modo tempestivo para seu estado de origem, mas os periódicos indicam que, no período em que atuava como diretor do Grupo escolar, Bryenne também trabalhou como “[...] médico, ou seja, como curandeiro *que nunca passou pela porta de uma faculdade de medicina* [...]” (O MATTO GROSSO, 1915, p. 3).

Tal atuação foi alvo de críticas e de elogios publicadas nos jornais locais. Mas, ao que se sabe, ele não possuía formação para atuar na área de saúde, mesmo imbuído de boas intenções, no sentido de ajudar a população que carecia de atendimento e remédios.

²¹ Em alguns documentos o a grafia do nome do normalista aparece com a letra y (Bryenne), em outros, porém, com a letra i (Brienne).

²² Ao deixar a direção do G.E. de Poconé, a documentação encontrada indica que ele retornou para o estado de São Paulo em 1914, retornando para Mato Grosso em 1915 para atuar como advogado provisionado, na política local e para assumir a direção do Grupo Escolar Senador Azeredo, por Ato n.º 33, de 4 de julho de 1916 (O MATTO GROSSO, 1916, p. 3).

As demais funções exercidas por ele, a mando da Diretoria da Instrução Pública, não contentavam a população de Poconé, que denunciou: “Todos sabem que os auxiliares que se tem dado ao Director só tem servido para atrapalhar. Muito boas pessoas, cheias de boa vontade e tal... mas, para o caso, era preferível que se pudessem desempenhar melhor suas funções” (O MATTO GROSSO, 1913, p. 4).

Assim, com a saída de João Bryenne de Camargo, em 1914, outro normalista paulista assumiu a direção do Grupo Escolar de Poconé: Waldomiro de Oliveira Campos. Sua posse foi noticiada no jornal A Gazeta do Estado de São Paulo:

PROFESSOR COMMISSIONADO

O dr. Altino Arantes, secretario do Interior, recebeu hoje o seguinte telegrama do professor paulista Waldomiro Campos, comissionado em Matto Grosso: ‘Assumindo a direção do grupo escolar de Poconé, conforme contracto com o governo do Estado, asseguro a v. exa, que me esforçarei em representar dignamente o magistério paulista- Waldomiro Campos, diretor do grupo escolar’ (A GAZETA, 1914, p. 8).

O jovem Waldomiro Campos assumiu o cargo ainda recém-formado. Sua formatura foi noticiada no *Correio Paulistano* (1913, p. 2): “Completo este anno o curso da Escola Normal Secundária da capital, devendo receber o diploma a dois de dezembro próximo futuro”. Assumiu, além da direção do Grupo Escolar de Poconé, várias funções na instrução pública do estado, sendo que, muitas vezes, substituíra ou acompanhava Leowigildo Martins de Mello em comissões ou na direção da Escola Normal.

A população poconeana não via com bons olhos a atuação de Waldomiro Campo, conforme observa-se no recorte abaixo:

O lado moral do zelo dedicado pelo sr. Costa Marques á instrucção, se mede pela nomeação do sr. Anysio Cardoso para professor da escola normal e pela conservação do sr. Waldomiro de Campos no cargo de director do grupo escolar de Poconé. Quem quer que conheça a idoneidade e os precedentes de taes pedagogos, sentir-se-á horrorizado pela instrucção da nossa mocidade, maxime se investigar as dissensões e anarchia que lavram entre os professores e directores dos estabelecimentos secundários de ensino, e a competência da maioria dos professores designados para as escolas isoladas do interior, tendo sido alguns deles repellidos pelos paes de família, indignados com o menospreso de s. exc. pela educação de seus filhos (O MATTO GROSSO, 1915, p. 1).

O articulista relaciona o zelo do Presidente de Estado com as contratações feitas por ele para o quadro de professores e diretores da instrução pública. Dentre esses contratos o articulista alerta sobre a idoneidade de Waldomiro de Campos, que se manteve na função de diretor do Grupo Escolar de Poconé. Segundo a matéria publicada, os pais de alunos estavam

impedindo seus filhos a frequentarem as aulas por não estarem satisfeitos com os profissionais contratados por Costa Marques.

Ainda nesse mesmo jornal o correspondente pondera que a instrução pública de Mato Grosso estava sendo insuficiente, já que o Grupo Escolar de Poconé e “a escola de commercio, foram umas tênues fantasias desfeitas ao sopro das dissipações do seu governo [...]” (O MATTO GROSSO, 1915, p. 1).

No ano seguinte o mesmo periódico denuncia a ausência do diretor e faz um apelo “no sentido de ser normalizada a situação do grupo escolar de Poconé”, pois “há mais de um ano que acha-se ausente daquela cidade o sr. Waldomiro de Campos, [...] estando por isto mesmo entregue a um professor interino, sem habilitações para o cargo e desconhecedor inteiramente do que seja a direção de um grupo escolar” (O MATTO GROSSO, 1916, p. 3). “Entretanto, o que não fica bem é esse senhor estar percebendo, sem trabalhos, 650\$000, para estar o grupo de Poconé sem direção, *ao Deus dará*. O sr. Waldomiro tem um bom padrinho, está visto, e continuará abiscoitando os 650\$000. Méro protecionismo!” (O MATTO GROSSO, 1916, p. 4).

Consta na documentação pesquisada que Solon Alves de Arruda assumiu o cargo de diretor em substituição temporária a Campos: “[...] desde a abertura das aulas em Fevereiro, até 29 de Julho, data em que foi exonerado, esteve este Grupo, sob a direção do cidadão Solon Alves de Arruda” (MATO GROSSO, 1916c, p. 1). Campos retomou o seu cargo como diretor do Grupo no dia 04 de setembro: “Tendo sido desligado da comissão em que me achava na Escola Normal e Modelo Anexa, a 29 de Julho, só pude reassumir o exercício desta directoria a 4 de Setembro, em virtude da anormalíssima situação em que se achava esta cidade” (MATO GROSSO, 1916c, p. 1).

Em 1917, outra nota do jornal afirma que:

Chegou aqui o desastrado Waldomiro Campos, director do grupo escolar, não obstante a repulsa que lhe vota população.

Quando Waldomiro retirou-se a frequencia do grupo era de 34 creanças, attingindo a oitenta durante a sua ausência.

É certa a debandada com a sua volta por não inspirar Waldomiro nenhuma confiança aos paes de família (O MATTO GROSSO, 1917, p. 2).

Percebe-se que, segundo o articulista, a desconfiança dos pais em relação ao diretor do Grupo fazia diminuir a frequência das crianças no Grupo Escolar. Essa nota do jornal confirma que Waldomiro de Campos passava longos períodos ausentes da direção da instituição de ensino de Poconé.

Os impasses envolvendo Waldomiro de Campos eram tantos que o correspondente do jornal *O Matto Grosso* noticiou uma briga entre o diretor e um professor em uma taverna:

Poconé, 14 – assistiu ante-hontem esta cidade o espetáculo mais deprimente que pode oferecer um homem que se diz educado. O director do Grupo Escolar Waldomiro de Campos, conhecido com todas as suas qualidades, iniciou de tempo a esta parte mais insuportável pressão aos seus subordinados chegando agora ao ponto de em uma taverna levantar a mais torpe calúnia contra o professor Matheus Viegas. Pedindo este explicações sobre o caso, Waldomiro prorrompeu alucinado em palavrões e tentou agredil-o a bofetadas, no que foi repellido, tendo ambos se atracado em luta corporal, de que resultou Matheus dar com Waldomiro por terra e lhe tomar o revolver de que pretendeu fazer uso.

O servente do Grupo, armado de uma garrucha, corria em auxilio de Waldomiro quando foi obstado pelo professor Canavarros de tomar parte na luta, e por esse motivo também teve este, depois do expediente, forte discussão com Waldomiro.

Todas estas scenas se passaram em plena rua, em frete ao edifício do Grupo (O MATTO GROSSO, 1917, p. 1).

A imprensa publicava o perfil de Waldomiro de Campos como um homem arrogante ao fazer pressão e calúnias contra seus subordinados. Embora não estivesse comprometido com seu cargo, deixa-nos a entender que o que o povo realmente queria era que ele assumisse a direção do Grupo para o qual foi contratado. Ele foi destituído da função no dia 20 de janeiro de 1918.

Após a passagem dos normalistas paulistas na direção do Grupo Escolar de Poconé, a instituição teve mais quatro diretores no decorrer da primeira década de funcionamento, como indica o quadro 8:

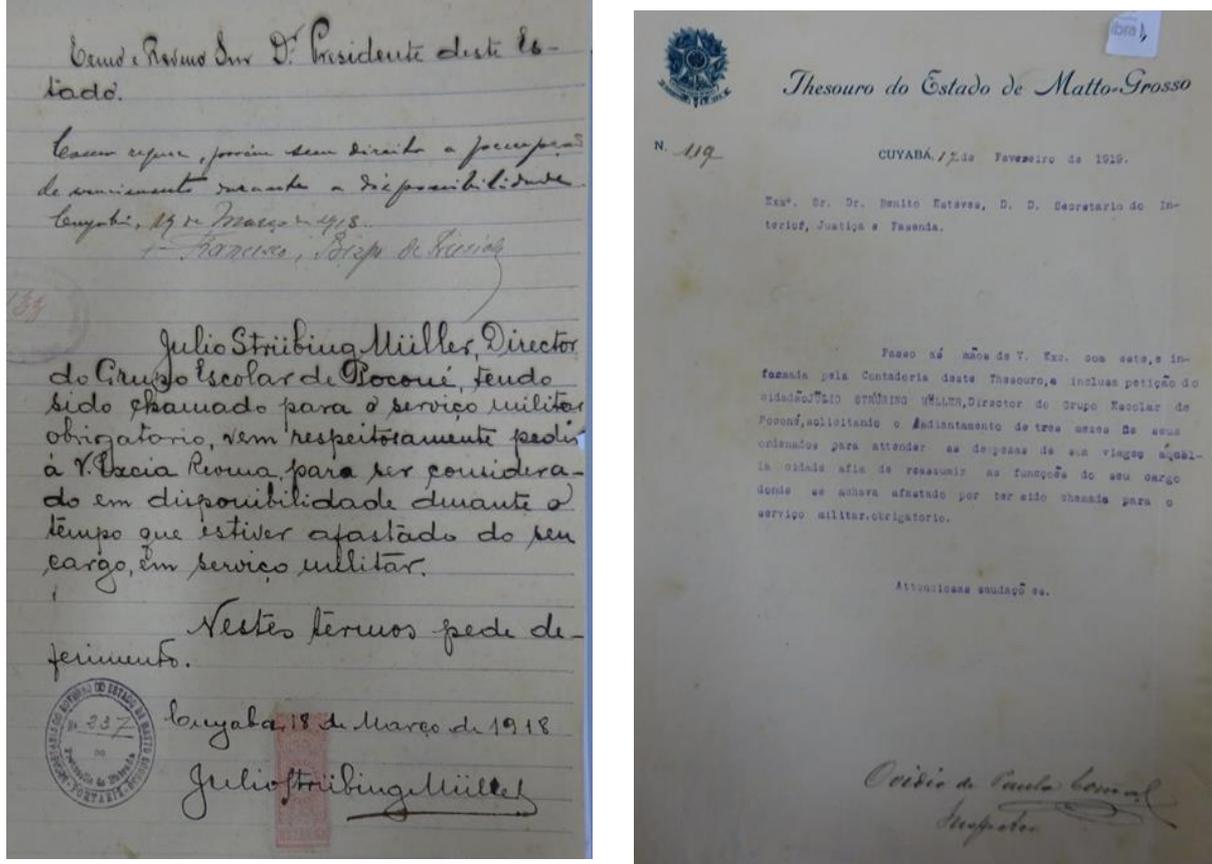
Quadro 8. Diretores do Grupo Escolar de Poconé (de 1912 a 1922).

Início da gestão	Diretor
1912	João Bryenne de Camargo
1914	Waldomiro de Oliveira Campos
1916	Solon Alves de Arruda (substituto de Waldomiro)
1916	Waldomiro de Oliveira Campos
1918	Julio Strubing Müller
	Cypriano Costa Campos (substituto de Muller e Glycerio Povoas)
1920	Glycerio Póvoas
1921	Pedro Paes de Barros

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em: Mensagem à Assembléia Legislativa (1912); O Debate (1914); Relatório do Grupo Escolar de Poconé (1916); Comunicado do Diretor da Instrução Pública para o Inspetor do Thesouro do Estado (1920); Portaria n.º 154 de 14/05/1921.

O quadro indica o início do contrato dos diretores do Grupo Escolar em Poconé, contudo, é importante frisar que os indícios encontrados indicam que os diretores estavam sempre em afastamento. A figura 9 é um comunicado de Júlio Strübing Müller ao Presidente do Estado, informando que fora recrutado para o serviço militar obrigatório, em 18 de março de 1918, retornando ao posto de diretor do grupo escolar em 1919:

Figura 9. Comunicado de serviço militar obrigatório de Júlio Müller em março de 1918.



Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso (1918).

O retorno do diretor do grupo escolar só aconteceu no ano seguinte. As funções de direção da instituição ficaram por conta do professor Cypriano Costa Campos, como aponta o mapa de pessoal docente e administrativo de fevereiro de 1919.

direção da instituição escolar foi o professor Cypriano Campos, conforme comprova a figura 12.

Figura 12. Mapa de pessoal docente e administrativo de junho de 1920 do Grupo Escolar de Poconé.

Cargos	Nomes	Anos que regem		N.º de annos para o cargo	Faltas abonadas				Faltas justificadas		Faltas injustificadas	Observações
		Masculino	Feminino		Publico	Commod.	Moço	Galã	Motivada	Grave		
Director	Glycerio Póvoas									26		Em gozo de licença
Substituto do Director	Cypriano C. Campos			26								
Adjuncto Int.	D. Maria Helena de Groujo Bastos		1.º	26								
Effect.	D. Laurinda Ribeiro de Sousa Lima		2.º	26								
Int.	D. Sylvia Cerro		3.º	26								
Effect.	D. Lucia Fernandes		4.º	26								
Effect.	D. Maria Arruda M. Miller									26	26	Reciba pela Collectoria
Effect.	D. Francisca Figueiredo											
Adjuncto Int.	Manoel Loureiro		1.º	26								
Effect.	Alvaro Rodrigues Palma		2.º	26								
Effect.	Amencio Pinto Brasil		3.º	24						2		
Effect.	Cypriano C. Campos		4.º	26								
Porteiro	Valeriano de Paula Bispo			26								Reciba pela Collectoria
Porteiro	Ernesto Manoel de Arruda			26								
Porteiro	D. Alina Rosa S. Silva			26								

Directoria do Grupo Escolar de Poconé de Junho de 1920
 O Substituto do Director
 Professor Cypriano C. Campos

Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso (1920).

A exoneração da função de diretor de Glycerio Póvoas data de 11 de agosto de 1921, mas documentações comprovam que ele esteve ausente das funções desde maio do mesmo ano.

Figura 13. Portaria designando Pedro Paes de Barros como diretor do Grupo Escolar de Poconé.

- Por portaria n.º. 154, do Senr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Fazenda, de 14 de Maio, foi designado o Director do Grupo Escolar da cidade de Rosario-Oeste, engenheiro-agronomo Pedro Paes de Barros, para exercer o mesmo cargo no Grupo Escolar da cidade de Poconé, durante a ausencia do serventuario effectivo;

Fonte: Mato Grosso (Relatório, 1922, s/p.).

O engenheiro agrônomo Pedro Paes de Barros se manteve no cargo desde fevereiro de 1922. Em seguida, em abril, Pedro Celestino Correa da Costa extingue o Grupo Escolar de Poconé.

Em 10 anos, 8 professores, entre titulares e substitutos, ocuparam a função de diretor do Grupo Escolar de Poconé. Isto porque os efetivos encontravam-se em gozo de licença ou a serviço na Capital, deixando a direção da instituição para um professor. Desse modo, não conheciam a realidade vivenciada e, portanto, não estavam aptos a resolver a questão da frequência escolar. Todavia, mesmo assim, criticavam a estrutura, o programa empregado e a falta de interesse dos pais em manter os filhos na instituição.

3.2 A organização pedagógica do Grupo Escolar de Poconé

A primeira redação do Regulamento das Instrução Pública Primária de Mato Grosso confere a instalação de um grupo escolar nas sedes de distritos onde houverem pelo menos seis escolas primárias, no perímetro fixado pela obrigatoriedade de ensino, porém, em 1911, a Lei n.º 580, de 11 de outubro, reduziu o número de escolas para o mínimo três, mantendo as demais exigências de que cada grupo deveria ter pelo menos 8 classes, distribuídas igualmente entre os sexos.

Para a criação do Grupo Escolar de Poconé, foram reunidas quatro escolas isoladas do município: as 1ª e 2ª do sexo masculino e 1ª e 2ª do feminino da cidade, totalizando o número de 162 matrículas iniciais e com uma média de frequência de 79 alunos do sexo masculino e 59 do sexo feminino (MATO GROSSO, Mensagem, 1913). Ao comando do diretor, professor João Bryenne de Camargo, estavam cinco professores e um servente, como indica o quadro abaixo.

Quadro 9. Professores e funcionários do Grupo em 1912.

Nomes	Função
Cypriano da Costa Campos	Professor Adjunto
José Antônio Jacobina	Professor Adjunto
Athayde de Lima Bastos	Professor Adjunto
Maria Helena de Araújo Bastos	Professora Adjunta
Anna Maria de Figueiredo Eubank	Professora Adjunta
Tito Nunes Martins	Porteiro

Fonte: Mato Grosso (Relatório, 1913).

Não foram encontradas documentações que indiquem como foram distribuídas as salas, mas observa-se que, dentre os cinco professores contratados, apenas duas eram do sexo

feminino, indo de encontro ao disposto no artigo 10, do Regulamento de 1910, que orienta que as escolas femininas fossem regidas por professoras e que as escolas masculinas fossem regidas por professores; no caso de escola mista, a preferência era que as aulas fossem regidas por professoras.

Em 1916, o diretor Waldomiro de Oliveira Campos comunicou que:

Em Setembro, o referido corpo docente se achou reduzido a 3 professores, sendo 2 na secção masculina e 1 na feminina.

Em Novembro, ao serem encerradas aulas, felizmente já o Grupo possuía, a secção masculina completa, faltando ainda serem providos 3 lugares na secção feminina (MATO GROSSO, 1916c, s/p.).

Waldomiro de Campos informou a falta de professores no grupo e também o número de alunos conforme o livro de matrículas, em 1916, iniciando com 125 aluno e fechando o ano com 109 alunos, distribuídos da seguinte maneira:

Quadro 10. Distribuição dos alunos por sexo e classe em 1916.

Sessão Feminina		Sessão Masculina	
1º anno	20	1º anno	22
2º anno	09	2º anno	17
3º anno	13	3º anno	16
4º anno	10	4º anno	2
Total	52	Total	57

Fonte: Mato Grosso (Relatório, 1916).

Pela organização do quadro, nota-se que existia a classificação por idade e por sexo no grupo escolar, porém não atendia no que tange ao número de alunos por sala exigido no Regulamento de 1910, isto é, o mínimo de seis e o máximo 45 alunos por classe. Ademais, faltavam professoras para atender a sessão feminina, conforme o quadro de profissionais em 1916.

Quadro 11. Profissionais do Grupo Escolar em 1916.

Cargo	Nome
Diretor	Waldomiro O. Campos
Adjunto	Cypriano Costa Campos
Adjunto	José Antônio Jacobina
Adjunto	José Canavarros
Adjunto	Matheus Viegas Filho
Adjunto	Maria Helena Araújo Bastos
Porteiro	Vago
Servente	Alexandrina S. Silva
Servente	Manoel B. Ignacio

Fonte: Mato Grosso (Relatório, 1916).

Não foram encontradas pistas que indicassem quais classes cada um dos professores regia, talvez o motivo seja que só em 04 de novembro de 1916 entrou em vigor o Regimento Interno dos Grupos Escolares. Este documento traz no corpo da sua redação a obrigatoriedade de o diretor enviar mensalmente o mapa do desenvolvimento do grupo, contendo dados do estabelecimento, do quadro de funcionários e de professores, bem como os dados dos alunos.

Nesse sentido, diferentemente do Regulamento de 1910, que sugere que a sessão feminina seja regida por mulheres, o artigo 3º do Regimento Interno dos Grupos Escolares estabelece que a classe da sessão masculina deve ser regida por um professor e da sessão feminina por uma professora, já as classes do primeiro e segundo ano poderão ser regidas por ambos os sexos, sendo de preferência uma mulher. Em fevereiro de 1919, conforme indica o quadro abaixo, houve um aumento no número de professoras:

Quadro 12. Professores e classes (fevereiro de 1919).

Ordem	Nome	Classe
01	Maria Helena de Araújo Bastos	1º Feminino
02	Laurinda Ribeiro de S. Vieira	2º Feminino
03	Anna Marcondes da Silveira	3º e 4º Feminino
04	Martim Guilherme A. de Souza	1º Masculino
05	Américo Pinto Brasil	2º Masculino
06	Antônio Pancrácio de Arruda	3º e 4º Masculino

Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso (1919).

Os vestígios encontrados não deixam claro como funcionavam as aulas das turmas da 3º e 4º classe feminina e masculina, já que compartilhavam o mesmo professor e professora. No referido ano, as matrículas iniciais contabilizaram 109, entre meninos e meninas (MATO GROSSO, 1920).

O mapa de julho de 1919 traz a toma mais alguma indagações.

Quadro 13. Mapa de julho de 1919.

Ordem	Nome	Classe	Licença/falta
01	Maria Helena de Arruda Bastos	1º Feminino	-
02	Laurinda Ribeiro de S. Vieira	2º Feminino	-
03	Benedicta Ribeiro	3º Feminino	7 dias
04	Maria de Arruda Müller	4º Feminino	-
05	Anna Marcondes da Silveira	Licença	26 dias
06	Maria de Arruda Müller	3º Feminino	-
07	Martim Guilherme Addor de Souza	1º Masculino	-
08	Americo Pinto Brasil	2º Masculino	-
09	Antônio Pancrácio de Arruda	3º Masculino	26 dias
10	Cypriano da Costa Campos	4º Masculino	12 dias
11	Cypriano da Costa Campos	3º Masculino	12 dias

Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso (1919).

Conforme o quadro acima, quatro professores estavam de licença, justificadas ou não; a professora Maria de Arruda Müller substituiu a professora Benedicta; aparentemente não houve falhas nas aulas da sessão feminina, todavia, o mesmo não podemos inferir da sessão masculina; com a ausência do professor Antônio Pancrácio de Arruda, o professor Cypriano de Costa Campos o substituiu em algumas aulas, porém o documento aponta que Cypriano também se ausentou das aulas por 14 dias, não deixando claro a situação dessas aulas. Em agosto, do mesmo ano, o panorama do quadro de docentes do grupo era:

Quadro 14. Mapa de agosto de 1919.

Ordem	Nome	Classe	Licença/falta
01	Júlio Strübing Müller	Diretor	4 dias
02	Cypriano Costa Campos	Substituto do Diretor	-

03	Maria Helena de Araújo Bastos	1º Feminino	-
05	Laurinda Ribeiro de S. Vieira	2º Feminino	-
06	Francisca de Figueiredo	3º Feminino	5 dias
07	Maria de Arruda Müller	4º Feminino	4 dias
08	Anna Marcondes da Silveira	Licença	24 dias
09	Martim Guilherme A. de Souza	1º Masculino	4 dias
10	Américo Brasil	2º Masculino	-
11	Cypriano Costa Campos	3º e 4º Masculino	-

Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso (1919).

Além de alguns professores, o próprio diretor do grupo se ausentou da instituição por quatro dias. Desse modo, Cypriano Costa de Campos assumiu duas classes da sessão masculina e ainda respondeu pelo grupo na ausência do diretor.

No ano seguinte, como informa a Mensagem presidencial de 1921, o grupo teve 110 matrículas, 55 na sessão masculina e 55 na feminina. O quadro 15 mostra o panorama dos professores em atividade na instituição de Poconé no mês de junho de 1920.

Quadro 15. Mapa de junho de 1920.

Ordem	Nome	Classe	Licença/Falta
01	Glycério Povoas	Diretor	26
02	Maria Helena de Arruda Bastos	1º Feminino	-
03	Laurinda Ribeiro de S. Vieira	2º Feminino	-
05	Sylvia Curvo	3º Feminino	-
06	Emilia Fernandes	4º Feminino	-
07	Maria Arruda Muller	(licença)	26
08	Francisca Figueiredo	(moléstia)	26
09	Manoel Loureiro	1º Masculino	-
10	Álvaro Rodrigues Palma	2º Masculino	-
11	Américo Pinto Brasil	3º Masculino	2
12	Cypriano Costa Campos	4º Masculino	-

Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso (1921).

Em julho de 1920, consta a licença do diretor do grupo, de duas professoras e de um professor, aparentemente nenhuma sala ficou desprovida de professor, porém o professor

Cypriano Costa de Campos mais uma vez assumiu mais de uma função: desta vez como substituto do diretor Glycério Póvoas.

Observando os mapas de professores do Grupo Escolar de Poconé, é possível notar que, assim como os diretores do grupo, os professores também passavam algum tempo de licença, seja para tratar de assuntos pessoais, seja por doença. O que os documentos não permitiram compreender é quanto à reposição das aulas das classes das quais os professores estavam de licença, em alguns casos ficou clara a contratação de professores substitutos, em outros ficou a dúvida. Não seria a falta de regularidade dos professores um fator que colaborou com a baixa frequência dos alunos?

3.3 A estrutura física do grupo escolar: longe de ser a escola monumento

De acordo com o Quadro 4, no primeiro capítulo, o grupo de Poconé, dentre os instalados e criados no mesmo período, foi o que mais demorou para ter um prédio próprio. Sobre a estrutura física do grupo, Waldomiro de Oliveira Campos relata a situação que encontrou a instituição:

[...] o velho prédio Municipal, alugado ao Governo do Estado, embora seja a antiga residência dos Barões de Poconé, não possui as condições higienicas e pedagógicas, e além disso, sendo como é, muito antigo e construído de terra soccada, não oferece as necessárias condições de segurança, nem as acomodações precisas para todas as classes, visto não possuir oito salas. A propria portaria, se acha estabelecida no corredor do edificio, por falta de sala adequada. Acresce, ainda, que a Municipalidade, embora tenha alugado o prédio, ocupa ainda a maior sala do mesmo, fazendo nella funcionar o Mercado publico; outra sala se acha ocupada pela typographia do “Jornal de Poconé” e ainda outro compartimento isolado, mas pertencente ao edificio, se acha alugado á firma Rondon & Prado, que ali mantém um bilhar (MATO GROSSO, 1914 *apud* JACOMELI, 1998, p. 145-146).

Dois anos após o Presidente do Estado declarar que a antiga residência do Barão de Poconé estava em situação conveniente para atender o grupo escolar, o diretor do grupo denunciou o estado precário que se encontrava o prédio, tendo em vista que funcionava em um prédio alugado que não atendia às exigências estabelecidas para o funcionamento dessa modalidade de ensino. Foi considerado inapropriado pelo normalista paulista, uma vez que não atendia as condições higiênicas, pedagógicas e de segurança, faltando, ainda, completar o número de salas para acomodar o Grupo Escolar.

Em 1921, o diretor Pedro Paes de Barros relatou as impressões que teve sobre a instituição, indicando que, mesmo após reclamações anteriores, o prédio continuava em ruínas, sem que o estado intervisse para a melhoria de sua estrutura física: “o prédio em que

funciona este Grupo Escolar pertence ao Município de Poconé, que o aluga ao Estado por cem mil réis mensais. É um antigo casarão arruinado, pessimamente instalado, sendo ante um foco de infecção que um estabelecimento de ensino” (MATO GROSSO, Relatório, 1921).

A péssima estrutura em que se encontrava o prédio foi um dos fatores que influenciaram na frequência dos alunos, conforme elencado por Pedro Paes de Barros: “Devido ao péssimo estado em que funciona este Grupo Escolar fazendo com que os pais retirassem os seus filhos com receio de que os mesmos ficassem soterrados nos escombros de um possível desabamento” (MATO GROSSO, Relatório, 1921).

Maria da Glória Paes de Arruda, ex-aluna do Grupo Escolar, relata que “[...] era um prédio muito velho caindo aos pedaços, tinha goteira por todo lado, quando chovia era feriado na certa; nós alunos tirávamos o calçado, as meias e íamos na chuva brincar” (ARRUDA, 2020, s/p.).

Assim como Waldomiro de Oliveira Campos, a aluna relata que a infraestrutura do prédio não era apropriada para abrigar um Grupo Escolar, pois em períodos de chuva o prédio ficava impossibilitado de receber os alunos. A falta de estrutura do física da instituição foi alvo de denúncia feita por um poconeano que assinou como “F. de Tal” em um jornal de circulação na capital:

Já lá se vão porem, mais de dous anos da promissora administração do sr, dr. Costa Marques, e é de opinião geral que s. Exc. Tem-se esmerado em menosprezar este povo, demonstrando assim, o descaso que lhe mercê a sua terra natal. [...]
 Estamos convencidos de que S. Exc. Além de aversão e da falta de amor que volta á terra que por força do destino lhe serviu de berço, nem há de gostar que se lhe lembre que é filho de Poconé.
 Hão de nos dizer que S. Exc. Teve a princípio a lembrança de mandar instalar aqui um grupo escolar, e que não faltou competência e aptidões ao normalista que escolheu para dirigi-lo. [...]
 Agora estamos a espera que seja iniciada a construcção do decantado edificio para o grupo escolar.
 Os da capital, de Corumbá e de Caceres, estão já em construcção; o de Poconé, porém, que é terra desamada do Sr. Presidente do Estado, esse vae sendo adiado e não será para admirar que fiquemos apenas com os terrenos adquiridos por bom preço, para o sumptuoso edificio (O MATTO GROSSO, 1913, p. 6).

Pelas demais matérias que agrediam a falta de continuidade dos trabalhos dos diretores empossados, pode-se perceber que esta expressou um sentimento que não era somente do articulista: o de abandono. Mostrou-se, então, que a cidade estava em desvantagem em relação a Cuiabá, Corumbá e Cáceres, onde a construção dos prédios para os grupos escolares já estava em andamento. Em Poconé, apesar de já ter o terreno para a construção do *suntuoso* edificio, não havia sido dado início nas obras da construção.

As salas de aulas eram equipadas com carteiras que foram compradas dos Estados Unidos da América:

Enquanto aos móveis encomendados para o Liceu Cuiabano, Escola Normal e grupo recentemente criados, autorizado como fui pelo governo do Estado em ofício n.º 16 de 4 de Setembro do ano passado para mandar vê-los, do exterior encomendei-os sem perda de tempo para a América do Norte nas seguintes condições: 200 carteiras duplas de n.º 3, 200 de n.º 4, 250 de n.º 5, 200 individuais, 40 armários n.º 3, 40 mesas n.º 101, 15 mesas de n.º 4, 15 dúzias de cadeiras de n.º 22, 6 mobílias completas para sala, 10 lavatórios completos, 40 relógios de parede, 2 mesas elásticas e 12 cadeiras de n.º 26.

Esses móveis com exceção dos destinados ao grupo de São Luiz de Cáceres que já de Corumbá seguiram para ali, acham-se depositadas nesta capital, donde brevemente serão remetidas para Poconé e Rosário os que devam servir nos respectivos grupos. O custo deles não excede de 33:243\$170 réis, cujo pagamento pedi em tempo a essa Secretaria de Estado (MATO GROSSO, Relatório, 1912, p. 7-8).

Esses objetos, vindo dos Estados Unidos, fizeram parte do novo cenário escolar requerido pela escola graduada, a qual tinha a função de organizar o tempo e o espaço escolar.

As carteiras escolares enfileiras colaboravam para “afirmar uma nova relação entre professor e aluno” (POUBEL E SILVA, 2006, p. 129). Nas salas de aulas, as carteiras colocadas em fileiras almejavam que o professor pudesse ter a visão de todos os alunos, bem como que os alunos pudessem ver o professor.

A professora Maria da Glória lembra como era a sala de aula do Grupo Escolar:

Dentro da sala tinha uma escrivaninha e uma cadeira que era onde a professora sentava quando era necessário. As carteiras eram duplas, sentavam dois alunos, mas ninguém colava. Na sala do Diretor também tinha um uma escrivaninha e uma cadeira, sobre a mesma tinha um globo com o mapa mundial com o qual as professoras usavam para dar aula de geografia.

Tinha um sinete e uma palmatória de madeira grossa com furos que o Diretor e as professoras usavam no debate de tabuada. Tinha também um armário no qual as professoras guardavam os materiais didáticos. Tinha ainda, na parede, um grande relógio, se não me engano, tem até hoje na nova escola.²³

Abaixo a figura do relógio relatado por Maria da Glória, o qual fez parte do mobiliário do Grupo Escolar de Poconé:

²³ O relato da professora foi manuscrito e entregue a pesquisadora em 2020.

Figura 14. Relógio do Grupo Escolar de Poconé.



Fonte: Acervo da Escola Estadual Caetano de Albuquerque.

O relógio, confeccionado em madeira, foi um dos artigos que enviados diretamente dos Estados Unidos em 1912, juntamente com as carteiras, mesas e cadeiras que compuseram os materiais pedagógicos dos grupos escolares de Mato Grosso e esse, em especial, de Poconé.

Outra inovação, garantida pelo Regulamento de 1910, foi a criação da biblioteca escolar, a qual foi mantida pelo Regimento dos Grupos Escolares de Mato Grosso em 1916. Conforme Poubel e Silva (2006), a instauração das bibliotecas escolares promoveria a proximidade entre a escola e a comunidade local.

Sendo assim, o Regulamento de 1910 assegurava a instalação de uma biblioteca em cada escola primária, feminina ou masculina, para todos os alunos ou crianças que desejassem frequentar, desde que tivesse a presença do professor responsável (MATO GROSSO, 1910b). O Regimento de 1916 garante que, em cada Grupo Escolar, deveria ter uma biblioteca para uso do pessoal, sendo organizada, de preferência, com doações de particulares (MATO GROSSO, 1916b).

No Grupo Escolar de Poconé, de acordo com a documentação encontrada, existia uma biblioteca, porém os livros foram extraviados, indicando que o grupo estava em completo abandono, ou nas palavras do diretor “em completa desorganização” (MATO GROSSO, 1921).

3.4 Organização do tempo

Diferentemente da organização do espaço e do tempo utilizados nas escolas isoladas, que eram adaptados conforme a necessidade e conveniência das pessoas, o Grupo Escolar exigia espaço próprio, como já vimos, e também que “novas referências de tempos e novos ritmos fossem construídos e legitimados” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 7)

Para Sá (2007), os relógios passaram a regular e a disciplinar a vida da comunidade, bem como da infância, estabelecendo nas escolas os horários a serem seguidos, como entrada e saída, intervalos entre as aulas e recreio. A nova cultura escolar, estabelecida com a implantação dos grupos escolares, impõe a delimitação e o controle dos tempos escolares (FARIA FILHO, 2014).

Sobre a importância do horário nas escolas, Leowigildo de Mello discorre:

Uma das maiores lacunas que encontrei nas escolas isoladas, por ocasião das visitas que lhes fiz, foi a falta de horário. Uma escola sem horário, é, na phrase de um grande mestre, Montaigne, um centro atrophiador das faculdades infantis. Nas escola, onde creanças em grande numero são reunidas sob a direção de um só professor e de um só systema de educação a primeira preocupação do docente, deve ser attender á distribuição conveniente das occupações dos alunos, pelos diversos momentos da classe, lei que, em pedagogia se chama – emprego do tempo. Uma escola dotada de bom horário torna seu serviço mais fácil para mestres e alunos e offerece resultados mais fecundos (MATO GROSSO, 1911b, p. 5).

Nas representações do normalista, a distribuição do tempo, ocupando, de forma conveniente, as atividades dos alunos, facilitaria o serviço tanto dos professores quanto dos alunos, além de proporcionar melhores resultados.

Desse modo, Leowigildo de Mello organizou o horário a ser utilizado na Escola Modelo, racionalizando o tempo das aulas de acordo com as disciplinas, incluindo o horário do recreio, momento para o descanso físico e mental, como é possível observar na figura 15.

Figura 15. Horário para as aulas do 1º ano do Grupo Escolar.

Annexo Nº 1.

HORARIO PARA AS AULAS DO 1º ANNO DO GRUPO ESCOLAR

Divisão de tempo	DIAS da SEMANA					
	2as.	4as.	6as.	3as.	5as.	Sabbados
12-12.10 Chamada e canto.....					
12.10 a 12.30.	Arith. Calcule. Numeros e Cartas de Parker.			Geom. Estudo das formas e Systema metrico.		
12.30-1. Leitura Secção A; occupação secção B e C.....					
1- 1.25. Leitura Secção B; occupação secção A e C.....					
1.25-1.35 Exercicios callisthenicos.....					
1.35- 2. Leitura Secção C; occupação secção A e B.....					
2 - 2.20. Calligraphia.....					
2.20- 3. RECREIO.....					
3- 3.20	Geog. Hist. Instruc. Civica	 Linguagem.....		Ses. Phys. Nat. e Hygiene.	
3.20-3.40 Leitura Secção A; occupações B e C.....					
3.40-3.55 Leitura em copia de Parker.....					
3.55-4.15 Leitura Secção B; occupações A e C.....					
4.15-4.30 Leitura Secção C; occupações A e B.....					
4.30-4.35 Marcha e Canto.....					
4.35-5.00	Desenho e Jogos gymnasticos. Trabalho manual. Canto e Declamação					

Fonte: Mato Grosso (Relatório, 1911).

Para além dos horários diários, listados acima, Mello defendeu a importância das férias de quinze dias no meado do ano. Para justificar, levou em consideração as festas de junho quando os alunos deixam de frequentar a escola com o consentimento dos pais. Além disso, lembrou que o magistério “[...] é penoso e exaustivo. Os professores, pelos meados do ano lectivo, sentem-se extenuados, e o seu organismos reclama repouso. A falta deste prejudica seriamente o ensino, pois o educador cansado já não é tão solícito, como antes, no cumprimento dos seus deveres” (MATO GROSSO, Relatório, 1911, p. 24-25).

Somente em 1916, com o Regimento Interno dos Grupos Escolares, ficou estabelecido de forma legal o tempo das funções escolares, já que até então os grupos escolares mato-grossense eram regidos pela leis dos grupos escolares paulistas. A partir disso, ficou determinado: o início das aulas no primeiro dia de fevereiro e o término no dia 30 de

novembro; as aulas eram das 12 horas às 17 horas da tarde, com um intervalo de 30 a 40 minutos; nos domingos, feriados, ou quando o governo determinasse, não haveria aulas, bem como de 1º de dezembro a 30 de janeiro (MATO GROSSO, Regimento, 1916).

Apesar da tentativa de organizar o calendário escolar de acordo com a realidade do estado, observando fatores sociais, culturais e religiosos, na tentativa de padronizar o ensino ministrado nos grupos escolares, essa não atendia as peculiaridades vivenciadas em Poconé, conforme ressalta o diretor do grupo escolar

Se Poconé, fosse dotado dos mesmos dons naturaes que outras localidades do Estado, não haveria razão alguma de se propor alteração no regimen commum de férias. Da-se, porém o caso de que elle se acha construido no centro de um grande circulo, cuja periphéria é bem conhecida – é o pantanal -, que o separa dos centros de lavoura ou de indústria, onde reside a maior parte da população do Municipio. Nestas condições, encerrando-se as aulas em Novembro, no inicio, justamente, da estação chuvosa, retiram-se as creanças para as fazendas e lá se ficam até findar, - não as férias – mas as chuvas, para que se possam transportar comas famílias: os filhos para a escola e estas para as féstas tradicionais de Maio e Junho, porque é justamente nessa ocasião que o pantanal já está secco e facilita as comunicações. O que não resta duvida, e que eu muito bem observei, é que as creanças não voltam em fevereiro e sim em Abril e Maio, deixando tambem por praxe de frequentar as aulas durante as festas, reduzindo por isso o anno escolar de Junho a Novembro, ou sejam apenas 6 mezes (MATO GROSSO, Relatório, 1916, s/p.).

Após expor as singularidades da cidade pantaneira, onde a população se movimentava conforme o fluxo das águas do Pantanal e também das festas tradicionais, o Waldomiro de Oliveira Campos, diretor do Grupo Escolar de Poconé, sugeriu que a alteração das férias de 30 de novembro a 1º de fevereiro para 30 de abril a 1º julho, pois, na visão do normalista, essa mudança faria com que as crianças ficassem na cidade, já que as férias coincidiam com as festas e com as visitas dos parentes e das famílias. Segundo Sá (2006), entende-se que a proposta de Waldomiro de Oliveira Campos não foi acatada, pois em 1922 o Grupo Escolar de Poconé voltou a atender na modalidade escola isolada por carecer de “matrícula mínima de alunos exigidas pelo regulamento” (MATO GROSSO, 1922).

Outro fator importante para análise sobre a cultura escolar do Grupo Escolar de Poconé é a metodologia aplicada na instituição, de acordo com o diretor, em 1916:

A proposito de programma, cabe-me informar a V. Excia que quando reassumir o exercício, encontrei em vigor um programa - sui generis - confeccionado pelo meu substituto e por elle mesmo decretado, com menosprezo daquelle que foi mandado observar pelo decreto nº 258, de 20 de Agosto de 1910, da Presidência do Estado. Como me competia, revoguei immediatamente e restabeleci a execução do programma legal (MATO GROSSO, Relatório, 1916, s/p.).

O diretor Waldomiro de Campos denunciou que, durante a gestão de seu substituto, Sólton Alves de Arruda, o programa utilizado no Grupo Escolar não era o mesmo que fora determinando para os grupos escolares.

Waldomiro de Campos se refere ao programa de ensino inserido nos grupos escolares por Leowigildo de Mello em 1911:

Da combinação do horário com o programma resulta a obediência a mais geral das leis pedagógicas e, ao mesmo tempo, ao fim da educação: - desenvolvimento gradual e harmônico das faculdades infantis. Contraponham – se as escola a esta disposição e surgirá logo, como protesto eloquente e terrível, o atrofiamento geral ou parcial das faculdades infantis (MATO GROSSO, Relatório, 1911, p. 6-7).

O programa implantado por Leowigildo era uma adaptação do utilizado nos grupos escolares paulistas. Segundo ele, este possuía algumas lacunas e defeitos que poderiam ser arrumados com o tempo, “quando a pratica, a experiencia, os resultados no - las definirem” (MATO GROSSO, Relatório, 1911, p. 7). Dessa forma, o programa organizava as disciplinas e os horários de modo que colaborassem para o desenvolvimento gradual das crianças, sem que uma disciplina extrapolasse a outra.

O Regulamento de 1910 instruiu que:

Art. 12º – O ensino nas escolas primárias será tão intuitivo e prático quanto possível, devendo nele o professor partir sempre em suas preleções do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato, e abstendo-se outrosim de perturbar a inteligência da criança com o estudo do prematuro de regras e definições, mas antes, esforçando-se para que os seus alunos, sem se fatigarem tomem interesse pelos assuntos de que houver de tratar em cada lição (MATO GROSSO, Regulamento, 1910).

Assim como o Regulamento de 1910 orientava para o ensino intuitivo e prático, o Regimento Interno dos Grupos Escolares, de 1916, revalidava a importância do ensino a partir da teoria para a prática, de modo a garantir o desenvolvimento gradual e harmônico das crianças:

Art. 4º: As lições sobre as matérias de qualquer curso deverão, de acordo com o programa adaptado, ser mais práticas e concretas do que teóricas e abstratas, e encaminhadas de modo que faculdades infantis sejam incitadas a um desenvolvimento gradual e harmônico.

Parágrafo único: cumpre que o professor tenha em vista desenvolver a faculdade de observação e, para isso empregue os processos intuitivos.

Art. 5º: O ensino será ministrado nas respectivas classes de inteiro acordo com o programa adotado sem preferência de uma sobre as outras matérias (MATO GROSSO, Regulamento, 1910).

Na contramão da letra da lei, estava o programa utilizado no grupo escolar de Poconé, como denunciou Waldomiro de Campos, em 1916, e também Maria da Glória:

Os conteúdos dados eram mais na base de "decoreba". As professoras eram boas, porém enérgicas, os alunos ficavam engarrafados nas carteiras, não tinha conversa paralela, Sempre teve dever pra casa, principalmente decorar pontos e tabuada. Não me lembro de nenhum livro didático.

O método intuitivo utilizava a observação das coisas para o aprendizado, necessitando de novos estímulos que aguçassem os sentidos para o conhecimento, evitando, assim, a memorização, como o relatado por Maria da Glória.

Além do método intuitivo, vigorou no programa de ensino dos grupos escolares o método analítico. Este foi inserido nas escolas graduadas paulistas com intuito de formar cidadãos leitores, trazido pelo normalistas paulistas Leowigildo de Mello e Gustavo Kuhlmann, o qual foi divulgado por Mello no Relatório das Escolas Normal e Anexas de 1911 (POUBEL E SILVA, 2006).

O programa orientava que o ensino da leitura deveria ser gradual, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 16. Ensino da leitura em cada série.

Série	Conteúdo da leitura
1º	Palavras – o que elas representam e significam. Sentenças formadas com palavras estudadas. Formar, com cartões de letras, as palavras e as sentenças lidas.
2º	Leitura diária, com expressão e naturalidade. Interpretação do texto lido.
3º	Sentido próprio e figurado das palavras. Formar com as palavras estudadas outras sentenças. Explicação oral do trecho lido. Leitura de manuscritos. Leitura declamada.
4º	Leitura expressiva. Leitura com variedade de expressão. Sinônimos, antônimos e parônimos – seu uso. Mudança de estrutura. Leitura de poesia, de diálogos e de biografias de brasileiros ilustres. Noção de elocução; uso corrente da voz.

Fonte: Mato Grosso (Relatório, 1911).

O ensino da leitura foi planejado de modo que as crianças pudessem ter o aprendizado gradual. Assim, iniciava-se com a apresentação das palavras, mostrando o significado e o que elas representam, e finalizava no quarto ano com a leitura expressiva, utilização de sinônimos, antônimos e parônimo, ou seja, leituras mais complexas, como poesia, diálogos, biografias de “brasileiros ilustres”. Ademais, trabalhava-se a noção de elocução e o uso corrente a voz.

Poucas foram as documentações encontradas que indicassem sobre o programa de ensino utilizado realmente no Grupo Escolar, ficando essa lacuna na pesquisa, o que indica novas possibilidades de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa é compreender o processo de criação, implantação e a trajetória do Grupo Escolar de Poconé entre os anos de 1912 e 1922. Para isso, foram organizados os dados e as informações encontradas para trazer a lume a resposta para a pergunta norteadora da pesquisa: quais motivos influenciaram a organização do grupo escolar em Poconé?

Para tanto, demonstrou-se como a Reforma da Instrução Pública Primária de 1910 em Mato Grosso ocorreu; quem foram os normalistas paulista que colaboraram para a consolidação dessa reforma; qual foi o regulamento que a materializou; onde instalaram-se os primeiros grupos escolares do Brasil e em Mato Grosso; e qual era o Regimento Interno do Grupos Escolares de Mato Grosso.

Assim, foi possível compreender como aconteceu a reforma e os motivos que levaram os governantes a concretizá-la no estado. Definiram-se, através do Regulamento de 1910 e do Regimento Interno dos Grupos Escolares, as características que diferenciavam os grupos escolares e as escolas isoladas. Ademais, vimos quais as cidades em Mato Grosso que possuíram um grupo escolar na temporalidade da pesquisa, bem como, por meio de fotos, documentamos a grandiosidade dos prédios destinados para esse fim.

No capítulo seguinte, vislumbramos um pouco sobre a cidade de Poconé, como que foi fundada, a importância do Pantanal para os moradores e para a economia da cidade, a religiosidade e a política local.

Vimos que a pecuária era a base da economia da cidade e que era o Pantanal que determinava o movimento da sociedade poconeana, já que os fazendeiros precisavam ir para as fazendas durante os períodos das chuvas e só retornavam para a vida social na cidade durante o período da vazante.

Evidenciamos que o movimento das águas do Pantanal alterou a frequência dos alunos no grupo escolar, já que as crianças acompanhavam seus pais na peregrinação com o gado. Além disso, Poconé era uma cidade de muita influência na política estadual, participando diretamente de alguns conflitos. A família Costa Marques, por exemplo, tinha alguns representantes que nasceram, habitaram e tiveram grande influência nos cargos políticos da cidade, dentre eles, o Presidente do Estado Joaquim Augusto da Costa Marques, o qual sancionou a lei que permitiu a criação do Grupo Escolar de Poconé.

O terceiro e último capítulo trouxe a lume as características próprias do Grupo

Escolar de Poconé, mostrando que essa instituição não estava dentro dos critérios estabelecidos na letra da lei para ser considerado um Grupo Escolar.

Desse modo, pôde-se perceber que o Grupo Escolar em Poconé, ao contrário dos grupos da capital, não conseguiu um prédio próprio, com arquitetura típica de uma escola da República. Em Poconé, conforme as documentações, o prédio era uma casa com problemas na estrutura física e não atendia os critérios estabelecidos na lei.

Observou-se também que os diretores contratados para atender o grupo estavam sempre ausentes, deixando o comando para um professor, promovendo a insatisfação dos pais e de alunos. Além dos diretores, era comum alguns professores estarem em licença, desfalcando o quadro de professores.

O número de alunos frequentes no grupo também estava abaixo do limite preconizado no Regulamento de 1910. Encontramos o relatório do diretor Waldomiro de Campos, em 1916, que justificava essa baixa frequência, primeiro por causa da Caetanada, que fez com que a população migrasse para outras cidades, e, também, por causa do movimento das águas do Pantanal.

Nesse mesmo relatório, Waldomiro de Campos aponta outras inconformidades vivenciadas no Grupo Escolar de Poconé: a falta do cumprimento com programa fixado pelo governo para ser desenvolvido nos grupos escolares e a falta de regularidade dos alunos devido às condições climáticas e às festas tradicionais do município.

Percebe-se que o motivo que influenciou a organização do Grupo Escolar em Poconé foi a intenção política em transformar o local de seu reduto eleitoral em um ambiente que fosse sinônimo de progresso e modernidade. Desse modo, na contramão do que foi criado os demais grupos escolares, em Poconé essa modalidade não espelhava a monumentalidade do modelo Republicano.

REFERÊNCIAS

- A GAZETA DO ESTADO DE SÃO PAULO** (Jornal). Edição 2439, 06 de abril de 1914.
- AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de leitura e grupos escolares: Mato Grosso 1910-1930**. Cuiabá: Editora UFMT, 2008.
- ASSIS E SILVA, Luciana Vicência do Carmo de. **Na cadência das águas, no ritmo da política: a escola pública rural no município de Poconé - MT (1930-1945)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2018.
- AYALA, Cardoso; SIMON, Feliciano. **Álbum Graphico de Matto-Grosso** (EUA do Brasil). Corumbá; Hamburgo: Ayalas & Simon Editores, 1914.
- BORGES, Ana Carolina da Silva. Os “ribeirinhos” do pantanal norte no olhar dos viajantes estrangeiros (1870-1930). In: FANAIA, João Edson de Arruda; CEREZER, Osvaldo Mariotto; RIBEIRO, Renilson Rosa (orgs.). **Escrita da História**. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2010.
- CAMPOS FILHO, Luiz Vicente da Silva. **Tradição e ruptura: cultura e ambientes pantaneiros**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- CAMPOS, Ângela Beatriz Moura Silva. **Poconé em prosa e Verso**. Poconé-MT: 2006.
- CAMPOS, Francisco Ildfonso da Silva. **Filhos ilustres de Poconé: ontem e hoje: síntese biográfica**. Cuiabá: Ligraf, 2016.
- CASTRO, Fátima Velez de. Plano do Arraial de S. Pedro d’El Rey. **Research Gate**, s/d. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Plano-do-Arraial-de-S-Pedro-dEl-REy-fundado-e-erigido-em-novo-julgado-no-ano-de-1781_fig2_310990726. Acesso em: 01 jul. 2021.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- CHAPOULIE, Jean-Michel; BRIENT, Jean-Pierre. A instituição escolar e a escolarização: uma visão de conjunto. **Revista Educação & Sociedade**, p. 11-60, abril 1994.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CORREA FILHO, Virgílio. **Pantanais mato-grossenses**. Devassamento e ocupação. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
- CORREIO PAULISTA** (Jornal). Edição 18.248, 09 de maio de 1914.
- CORREIO PAULISTANO** (Jornal). Edição 18.085, de 24 de novembro de 1913.

COSTA, Rafael de Oliveira. Crises da Primeira República em Mato Grosso. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, jul. 2013.

ESCOLANO, Austín Benito; FRAGO, Antônio Viñao. **Currículo Espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ESCOLANO, Austín Benito. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. IN: ESCOLANO, Austín Benito; FRAGO, Antônio Viñao. **Currículo Espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Editora Alínea, 2017.

FANAIA, João Edson. **MARQUES, Joaquim Costa**. s/d. Disponível em: <https://bit.ly/3JgDZas>. Acesso em: 01 jul. 2021.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918)**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, 2000.

FRAGO, Antônio Viñao. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (org.) **História da Educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Costez, 2005.

FRANCO, Gilmar Yoshihara. **A ordem republicana em Mato Grosso: disputas de poder e rotinização das práticas políticas 1889-1917**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2014.

GINZBRUG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Rita de Cássia. A arquitetura como uma dimensão material das culturas escolares. In: SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriel (orgs.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil** – realizado em 1º de setembro de 1920 – 4ª parte. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1920.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Mato Grosso, volume XXV. IBGE, 1957.

JACOMELI, Mara Regina M. **A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891 – 1927**. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1998.

JORNAL DE POCONÉ – ORGAM IMPARCIAL, Poconé- MT, Anno 1, Número 3, 22 de maio de 1912. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1912.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira da Educação**, v.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1993.

LEITE, Mário Cezar Silva. Memória e encantamento das águas: vozes e histórias do Pantanal de Mato Grosso. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, jun. 2001.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MATO GROSSO. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1892.

_____. **Regulamento da Instrução Pública primária de 1896**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1896.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1907.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1908.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1909.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1910a.

_____. **Regulamento da Instrução Pública primária de 1910**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1910b.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1911a.

_____. **Relatório**. Apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Fazenda, pelo Diretor da Escola Normal e Modelo Anexa. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1911b.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1912a.

_____. **Relatório**. Apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior Justiça e Fazenda pelo Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1912b.

_____. Direção Geral da Instrução. **Relatório**. Apresentado ao Ex. Sr. Dr. Manoel Paes de Oliveira, Secretário de Estado dos Negócios do Interior Justiça e Fazenda, pelo Major José Estevão Corrêa, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso, 1912c.

_____. **Relatório**. Apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior Justiça e Fazenda pelo Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1913.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1913a.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1915.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1916a.

MATO GROSSO. **Regimento Interno do Grupos Escolares**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1916b.

_____. **Relatório**. Apresentado ao Diretor Geral da Instrução Pública pelo Professor Normalista Waldomiro Campos, Diretor do Grupo Escolar de Poconé. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1916c.

_____. **Relatório**. Apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Fazenda, pelo Dr. Cesario Alves Corrêa, Diretor Geral da Instrução Pública. Cuiabá: Arquivo Público, 1922.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1919.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1920.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1922.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso dirigida à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1950.

MIRANDA, Leodete. **Atlas geográfico de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2016.

NOSELLA, Paollo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

O DEBATE (Jornal). Edição 625, 12 de novembro de 1913.

O DEBATE (Jornal). n. 733, ano III, 26 de março de 1914.

O DEBATE (Jornal). n. 1095, ano IV, 12 de agosto de 1915.

O MATTO GROSSO (Jornal). Número 1216, novembro de 1913, anno XXV.

O MATTO GROSSO (Jornal). Número 1288, 25 de abril de 1915.

O MATTO GROSSO (Jornal). Número 1294, 6 de junho de 1915.

O MATTO GROSSO (Jornal). Edição 01338, 16 de abril de 1916.

O MATTO GROSSO (Jornal). Número 1342, 14 de maio de 1916.

O MATTO GROSSO (Jornal). Edição 1364, 15 de outubro de 1916.

O MATTO GROSSO (Jornal). Número 1397, 05 de abril de 1917.

O MATTO GROSSO (Jornal). Número 1452, 18 de novembro de 1917.

OLIVEIRA, Emilene Fontes de. **Usina Itaiçi - Mato Grosso: História, Trabalho e Educação (1897 – 1930)**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

POCONÉ. **Discurso do Intendente Municipal de Poconé proferido aos Vereadores Municipais**. Arquivo Público de Mato Grosso. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1915a.

_____. **Código de Posturas, 1915**. Resoluções 4, 5 e 6 encaminhado pela Intendência Municipal de Poconé ao Presidente de Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1915b.

_____. **Relatório do movimento anual do Grupo Escolar de Poconé apresentado à Direção Geral da Instrução Pública**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1916.

POUBEL E SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. Leowigildo Martins de Mello e a organização da Escola Normal de Cuiabá. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 4, n. 1, jan./jun. 2004.

_____. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910 – 1927)**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade São Paulo, São Paulo, 2006.

REIS, Rosinete Maria dos. **Palácio da Instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROCHA, Francisco das Chagas. Postagem. **Facebook**, 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1343572922438700&set=gm.593586500994286>. Acesso: 01 abril 2021.

RODRIGUES, Maria Benício. **Estado - Educação escolar - Povo: a reforma mato-grossense de 1910**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

RONDON, J. Lucídio N. Rondon. **Poconé, sua terra e sua gente**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1981.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910 – 1927)**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

_____. Gustavo Fernando Kuhlmann: um bandeirante na cruzada da instrução (1910-1930). **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 18, n. 38, p. 567-584, set/dez. 2009.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SÁ, Nicanor Palhares. A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900 – 1930). In: SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SÁ, Nicanor Palhares (orgs.). **Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato grosso na primeira república**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Marijane Silveira da. Intelectuais Paulistas na Imprensa Periódica mato-grossense (1910-1920). **Educação e Fronteiras On-line**, Dourados, v. 5, n. 16, p. 17-31, set./dez. 2015.

AMARAL, Josiana; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. Grupo Escolar de Poconé (1912-1916): na contramão do modelo republicano. In: BRESSANIN, César Evangelista Fernandes; BALDINO, José Maria; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de (orgs.). **Educação no cerrado e na Amazônia: história, memória e cultura em diferentes espaços sociais**. PUC: GO, 2021.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* (orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SANTOS, Fernanda Ferreira da Silva. Mato Grosso 1911. **Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral**, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/600>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SILVA PINTO, Lina Márcia de Carvalho da. **A educação ambiental na perspectiva das festas do divino Espírito Santo e São Benedito em Poconé-MT**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

SILVA, Adriane Cristine. **Grupo Esperidião Marques: Uma contribuição para os estudos das Instituições Escolares em Mato Grosso 1910-1947**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

SILVA, Silbene Corrêa Perassolo da. **A Festa de São Benedito: Estudo sobre a “invenção” de uma tradição cuiabana**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriel (orgs.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar** (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Editora Insular, 2012.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Os grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1883-1971)**. Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 341-376.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

_____. **História de Mato Grosso: Seleção de conteúdo para o concurso Público do Governo de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998a.

_____. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: 1890-1910**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998b.

TRIP ADVISOR. **Museu de História Municipal de Rosário Oeste – Rosário Oeste**. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3MSqiB4>. Acesso em: 01 jul. 2021.

TSUTSUMI, Darcilene Arruda. **A história do ensino em Poconé: a escola “Caetano de Albuquerque” (1912-191)**. 2002. Monografia – Universidade de Várzea Grande, Várzea Grande, 2002.

VICENZI, Giacomo C. **Paraíso verde: impressões de uma viagem a Matto Grosso em 1918**. Rio de Janeiro: Forgotten Books, 2018.

VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. Outra missão, para outras bandas: a circulação de professores paulistas e do modelo da escola graduada. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 19, n. 41, p. 551-574, set./dez. 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1883-1971)**. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2006.